

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 56
OUT/NOV 2019

#454

COMO MELHORAR O
SISTEMA TRIBUTÁRIO

O PAPEL SOCIAL DO
EMPREENDEDORISMO

7 PERGUNTAS

Carlos Nobre

“Precisamos desenvolver uma
bioeconomia de floresta em pé.”

SAÚDE

Desinformação

Movimento antivacina
ressuscita doenças

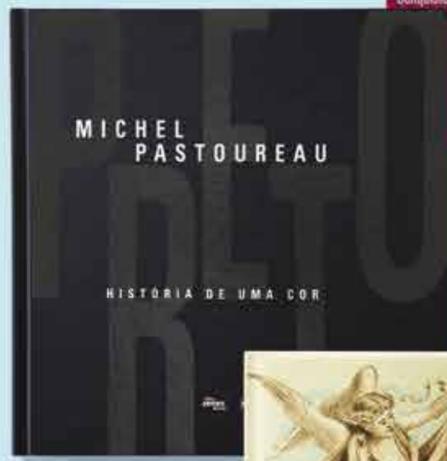
Portas abertas

ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA
PROMETE REPOSICIONAR O BRASIL
NO CENÁRIO DO COMÉRCIO EXTERIOR

R\$15,90



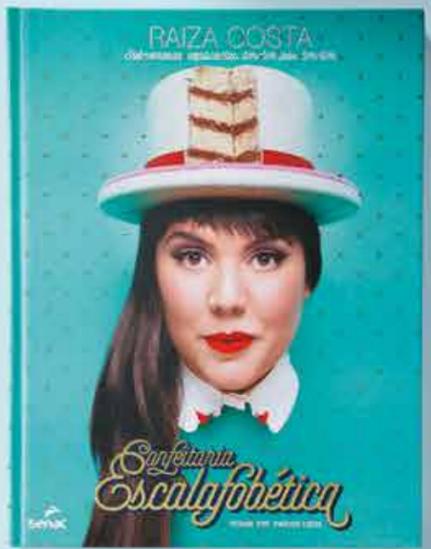
9 770101 426016



Conquiste seus clientes, feche
ganhe novas vendas.
Senac



MAIS DE 1.000 TÍTULOS
PARA TODAS AS ÁREAS
DE CONHECIMENTO.



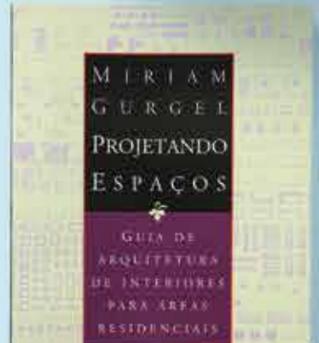
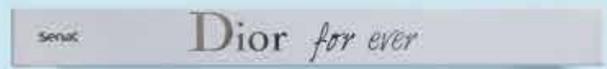
LIVRARIA SENAC .COM.BR



50% DE
DESCONTO
PARA ALUNO
SENAC



COMPRA
VIRTUAL,
CONHECIMENTO
REAL.



FECOMERCIO SP

PRESIDENTE Abram Szajman

SUPERINTENDENTE Antonio Carlos Borges

TUTU

www.agenciaturu.com.br

REDAÇÃO

Rua Santa Cruz, 722, 5º andar
CEP 04122-000
São Paulo/SP | (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO André Rocha

DIRETOR DE CONTEÚDO Fernando Sacco

GERENTE DE CONTEÚDO Elisa Klabunde

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Lucas Mota MTB 46.597/SP

EDITORA-ASSISTENTE Lúcia Helena de Camargo

REPÓRTER Filipe Lopes

FOTOS Christian Parente, Estadão Fotos e Folhapress

ESTAGIÁRIA Gabriela Henrique

REVISÃO Bruna Baldini e Flávia Marques

DIRETORES DE ARTE Clara Voegli e Demian Russo

EDITORA DE ARTE Carolina Lusser

DESIGNERS Cintia Funchal, Paula Seco,

Pedro Vó e Tiago Araujo

RELAÇÕES PÚBLICAS

Maria Izabel Collor de Mello e Paula Dias

COLABORAM NESTA EDIÇÃO

Antonio Lanzana, Christian Parente, Eduardo Valladares,
Guilherme Meirelles, Herbert Carvalho, Humberto Dantas,

Jean Galvão, Jorge Caldeira, Leda Rosa, Márcio Olivio

Fernades da Costa, Marcus Lopes, Paulo Delgado, Sílvia

Kochen, Vinicius Mariano de Carvalho e Vinicius Pereira

CAPA Tiago Araujo

FALE COM A GENTE publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO Pigma

DISTRIBUIÇÃO EM BANCAS E REDES DE LIVRARIAS

Total Publicações (Grupo Abril)

EdiCase Gestão de Negócios

FECOMERCIO SP

REPRESENTA MUITO PARA VOCÊ



PB | #454

O acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia é um marco definidor na história do comércio exterior brasileiro. Sem bons tratados bilaterais assinados nas últimas décadas, o País viu sua participação no fluxo internacional se tornar quase insignificante. O enlace dos dois blocos servirá para despertar, ainda que tardiamente, o potencial econômico do Brasil perante o mundo globalizado.

FECOMERCIO LAB AQUI, O MAIOR PROTAGONISTA É O EMPREENDEDOR.



Não é de hoje que nós atuamos pelo empreendedorismo. Representamos os empresários e nos mobilizamos por conquistas importantes – como a Reforma Trabalhista e, mais recentemente, a simplificação do eSocial.

Também criamos o **Lab Fecomercio**, um espaço exclusivo para nossos associados com os serviços e as informações que geram resultados efetivos as empresas. **São soluções como:**

O **Custo Certo**, que analisa e compara as linhas de crédito e maquininhas disponíveis no mercado.

O **Menos ICMS**, que exclui o imposto da base do cálculo de PIS/Cofins e acaba com a bitributação indevida.

O **Balço Livre**, que dispensa as empresas de grande porte da publicação de seus demonstrativos financeiros.

O **Repis**, o piso salarial diferenciado que vai promover a geração de empregos e o desenvolvimento de MEs, EPPs e MEIs.

Um time de juristas altamente especializados em **solução de conflitos** que oferece mediação, conciliação e arbitragem.

Formulação de defesa administrativa nas esferas federal, estadual e municipal.

Certificados de origem e de **abertura do comércio aos domingos e feriados**.

Conteúdos estratégicos e didáticos, com vídeos e e-books sobre as novas **relações de trabalho** e o **eSocial**. E ainda tem uma série completa com dicas importantes sobre gestão empresarial.

Além de outras ferramentas e recursos que agilizam o dia a dia e fazem a diferença para milhares de empreendedores.

Acesse lab.fecomercio.com.br e confira todos os benefícios de ser nosso associado.

FECOMERCIO SP LAB

- 8** Capa
CAMINHO ABERTO ENTRE MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA
- 16** Sociedade
O QUE PENSAM OS ADEPTOS DO MOVIMENTO ANTIVACINA
- 20** Entrevista
GUILHERME LEAL: A EMPRESA COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
- 28** Artigo
POR PAULO DELGADO
- 29** Artigo
POR ANTONIO LANZANA
- 30** Relações trabalhistas
100 ANOS DA OIT
- 34** Artigo
POR MÁRCIO OLÍVIO DA COSTA
- 36** Saúde
RAIO-X DO CONSUMO DE DROGAS NO PAÍS
- 41** Artigo
POR EDUARDO VALLADARES
- 42** Perfil
AFONSO RIBERIO, POR JORGE CALDEIRA
- 46** 7 Perguntas
CARLOS NOBRE FALA SOBRE AS QUEIMADAS NA AMAZÔNIA
- 48** Saúde
DISTRIBUIÇÃO DE MÉDICOS PELO BRASIL
- 52** Artigo
POR VINICIUS MARIANO DE CARVALHO
- 55** Biblioteca
"A ESCOLA NÃO É UMA EMPRESA"
- 56** Cultura
MÚSICA LEVA INCLUSÃO A ÁREAS CARENTES
- 66** Charge
POR JEAN GALVÃO

NOVA POSTURA

A assinatura do acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia, após 20 anos de negociação, sinaliza, enfim, um avanço sem precedentes para o Brasil, há décadas distante do fluxo internacional de negócios. Na matéria de capa desta edição de **Problemas Brasileiros**, especialistas apontam os cenários positivos abertos pelo acordo, como a garantia de acesso a novos mercados e tecnologias – que poderão gerar impactos positivos nos índices brasileiros de produtividade. Em tempos de recursos escassos, produzir mais (e de forma mais eficiente) deixou de ser um diferencial para ser uma necessidade.

As análises convergem para a conclusão de que é urgente nos posicionarmos como um país líder na América Latina e forte globalmente na atuação comercial. E que devemos priorizar a cultura empreendedora de exportação em vez de medidas protecionistas.

Este número também traz entrevista com o empresário Guilherme Leal, que nos traça um panorama sobre a relação entre produtividade e exercício de cidadania e destaca o papel das empresas como agentes de transformação social. Assunto que teve repercussão mundial, o desmatamento da Amazônia é tema de um bate-papo com o climatologista e engenheiro eletrônico Carlos Nobre. Pesquisador da Amazônia há 30 anos, ele analisa os riscos de os impactos se tornarem irreversíveis.

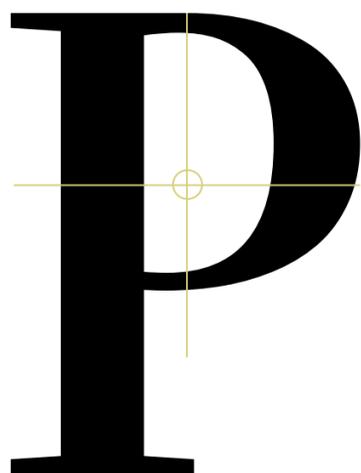
Entre os destaques estão, ainda, um artigo sobre a contribuição da FecomercioSP às propostas da PEC n.º 45/2019, que trata da Reforma Tributária. A Entidade entregou sugestões de emendas para aprimorar o texto em tramitação no Congresso Nacional. Em saúde, **PB** traz a discussão sobre os danos causados pelo movimento antivacina e avalia os desdobramentos do programa Médicos pelo Brasil, cuja proposta é mudar a forma de alocar os profissionais de medicina pelo País. Este número traz também reportagens sobre cultura e história.

Aos oferecermos visões atualizadas a respeito de questões significativas, cumprimos nossa missão de contribuir para que o Brasil supere as deficiências e avance rumo ao desenvolvimento social e ambientalmente sustentado.

ABRAM SZAJMAN,
presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

EMBARQUE LIBERADO

O acordo de livre-comércio entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE) é o mais importante que o Brasil já conseguiu. Especialistas garantem que ele alavanca a presença do País no mercado global e tem potencial para garantir expansão inédita da fragilizada economia nacional. Alcançar tal patamar, entretanto, impõe a efetivação das reformas domésticas.



Para o Brasil, a importância do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia pode ser traduzida em números. Hoje, as exportações nacionais chegam com taxas de importação vantajosas em apenas 8% do mercado internacional, segundo o Ministério da Economia. Com o pacto, os produtos brasileiros ganham acesso preferencial a 25% do comércio mundial.

A nova área de livre-comércio criou um mercado de 780 milhões de pessoas e Produto Interno Bruto (PIB) perto de US\$ 20 trilhões. Trata-se da segunda maior do planeta, com 32 países, só perdendo para o Tratado Continental Africano de Livre-Comércio, que reúne 44 nações.

“A partir desse novo acordo, não apenas nós temos oportunidades no interior das economias do Mercosul, mas também de acesso privilegiado a uma economia que, no seu agregado, é a maior do mundo”, diz o secretário especial do Comércio Exterior do Ministério da Economia, Marcos Troyjo, um dos protagonistas da delegação brasileira nas negociações com os europeus. Segundo ele, o acordo “é uma refundação da economia do Brasil, distanciando-se das velhas amarras do processo de substituição de importações [política econômica vigente a partir de 1930, que objetivava estimular o crescimento e a produção da indústria nacional]. Ele vincula o Brasil às cadeias globais de valor.”

Antes, apenas 24% das exportações brasileiras para a UE eram isentas de tributos. Com o acordo, em até dez anos, mais de 90% dessas vendas estarão livres de tarifas. E o restante terá acesso preferencial.

Em 2018, o Brasil exportou R\$ 42 bilhões para a UE. Pelas contas do governo, as vendas para o bloco devem chegar a US\$ 100 bilhões em 15 anos. A UE é o segundo maior comprador dos

produtos brasileiros, atrás apenas da China. O Brasil é o principal destino do Investimento Estrangeiro Direto (IED) – a criação ou a aquisição de empresa por pessoa física ou jurídica fora do seu país de origem – da UE na América Latina, com quase metade dos aportes, que em 2017 somaram US\$ 433 bilhões.

Para o professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP) Alberto Pfeifer, o tratado é o primeiro passo para a volta do País ao jogo da economia global de ponta. “Trata-se da reinserção internacional do Brasil, uma economia fechada que, nos últimos 20 anos, negociou só três acordos comerciais de pouquíssimo impacto na nossa balança comercial. Agora, entra num processo de integração com um dos maiores mercados do mundo”, afirma Pfeifer, também coordenador do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (GACInt).

A relevância se estende aos dois blocos, de acordo com o professor do Instituto de Relações Internacionais da USP, Kai Lehmann, especialista nas duas regiões. “Politicamente, é muito importante para a União Europeia e para o Mercosul. É notável que, desde o plebiscito sobre o Brexit [saída do Reino Unido da UE], a União Europeia tem sido muito ativa em fechar acordos comerciais com outras regiões e países. Isso é proposital para mostrar ao Reino Unido e ao resto do mundo a relevância da UE em termos comerciais. Para o Mercosul, que caminhava a passos largos para a irrelevância, caso esse acor-

do seja ratificado, será muito importante para mostrar que ainda está vivo. Em termos estratégicos, para ganhar um pouco de independência em relação às políticas de Donald Trump, seria um parceiro comercial muito importante.”

Abrangente, o tratado tem três pilares: diálogo político, cooperação e livre-comércio. Até o fechamento desta reportagem [no fim de agosto], a única parte concluída era a comercial, cujo capítulo envolve propriedade intelectual, agronegócio, serviços, manufatura, compras governamentais e atuação de empresas de controle estatal.

Os capítulos político e cooperativo tratam de temas como ciência, tecnologia e inovação, infraestrutura, educação, energia, defesa, cibersegurança e combates ao terrorismo, à corrupção e ao crime organizado. Nos mesmos capítulos, são abordadas as questões ambientais, ressaltando o compromisso brasileiro com o Acordo de Paris e a Agenda de 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Depois da aprovação, a parte comercial passará por revisão jurídica e, em seguida, será traduzida para os idiomas da UE e do Mercosul. Na sequência, será remetida à aprovação no Parlamento Europeu, em Bruxelas, e para os parlamentos de cada um dos países do Mercosul. “Apostamos que levará entre um ano e meio e dois anos para o acordo entrar em vigor”, explica Troyjo.

MAIS NEGÓCIOS

Na opinião de Rubens Medrano, vice-presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), no aspecto político, o documento nos credencia para novos acordos. “Traz grandes oportunidades. Se vamos exportar, e nesse campo se destaca o setor agrícola, também vamos importar, e isso é extremamente relevante para o comércio, porque fará chegar ao consumidor final tanto os produtos de alta tecnologia como os mais simples”, opina o presidente do Conselho de Relações Internacionais da Entidade.

“A depender do movimento europeu de abertura de seu mercado agroindustrial, o acordo pode agregar US\$ 10 bilhões às exportações do Brasil para a União Europeia, um aumento de 23,6% em dez anos, com potencial de gerar 778,4 mil empregos”, afirma, em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo o presidente da entidade, Robson Braga de Andrade: “Há também ganhos entre os setores produtivos, como o aumento das exportações agrícolas ao bloco europeu trará reflexos positivos para a in-

dústria, já que a cada R\$ 1 bilhão exportado pelo agronegócio são consumidos cerca de R\$ 300 milhões em bens industrializados no País, em setores como aço, químicos, máquinas e equipamentos”. Segundo a confederação, as tarifas zero de importação incrementam a competitividade de bens industriais, como têxteis, químicos, autopeças, madeireiro e aeronáutico.

Para a indústria, o acordo traz a promessa de modernização. “Hoje, para exportar é necessário importar, ter acesso a melhores tecnologias. O parque produtivo industrial no Brasil é muito antigo, tem 17, 20 anos. Nessa nova situação, vamos conseguir acessar novos insumos para que o País também possa ter uma reindustrialização importante, e não com aquela filosofia antiga de protecionismo, mas ganhar mercados globais, como é a experiência de países que se industrializaram com muito sucesso, caso da Coreia do Sul e tantos outros”, destaca Troyjo.

No agronegócio, as expectativas são positivas. “O setor vê o acordo com bons olhos, principalmente pelas oportunidades que serão criadas pela diversificação da pauta com a União Europeia, nosso segundo maior parceiro”, diz Camila Sande, coordenadora de Relações Internacionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Segundo ela, a cesta dos produtos diretamente beneficiados inclui frutas, cujas tarifas vão a zero. “Teremos condições de competir com nossos concorrentes, como Peru, Colômbia e Chile, de forma mais igualitária na União Europeia. Também haverá tarifa menor para nossos cafés especiais, solúvel, torrado e moido. Temos ainda cotas para pescados, hortaliças e o mel. Além da nossa pauta de maior destaque, que inclui as carnes de frango e bovina, açúcar e etanol, todos com cota.”

Camila acrescenta que a entidade atuará para elevar a competitividade de setores como o de lácteos, para que também possam aproveitar as oportunidades do acordo. “A CNA tem trabalhado ao longo dos últimos anos para gerar mais competitividade e produtividade para o nosso produtor. Então, também vemos oportunidade, porque a abertura é mútua. Hoje, o Brasil não consegue exportar lácteos para a União Europeia em função de uma barreira sanitária, mas a CNA entende que isso pode ser superado no futuro. As cotas para lácteos são progressivas, aumentam em dez anos. É o tempo que o setor vai ter para se preparar e se tornar exportador. Potencial para isso, o exportador tem.”

A novidade também anima o setor logístico das aduanas. “Hoje, o Brasil responde por 1% do comércio mundial. Se a Organização Mundial do Comércio (OMC) está prevendo que o comércio mundial vai aumentar US\$ 1 trilhão por ano e o País abocanhar 1% desse aumento, isso dá US\$ 10 bilhões. Digamos que, liberando barreiras alfandegárias, só com esses dois blocos que envolvem 25% do comércio mundial, o Brasil passe a 2%, já seria o dobro do que é hoje”, analisa o presidente da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados, Bayard Umbuzeiro Filho.

INCERTEZAS E AMEAÇAS

Mesmo com tantos méritos, o acordo não está isento de desafios. Para o embaixador e vice-presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), José Alfredo Graça Lima, o texto é suscetível a indagações. Um exemplo é o trecho que trata do setor automotivo e determina a liberalização – ao longo de 15 anos – e a abertura da cota tarifária apenas para a União Europeia, o que não é permitido pela OMC. “Você não pode discriminar para um país ou grupo de países o acesso a um setor.” Ele acrescenta que, nesse exemplo, como as partes que podem se considerar lesadas – no caso, Japão e Coreia – são membros da OMC e não partes do acordo, o normal será que o caso seja analisado na OMC, seguindo o ritual de solução de controvérsia da organização.

Outro foco de incerteza para o embaixador é a eleição presidencial na Argentina. “Ninguém sabe o que será do Mercosul. Inclusive se haverá Mercosul no momento em que o Macri não seja reeleito, porque a tendência de um governo, como foi o da Cristina Kirchner, é politizar o Mercosul.”

Com o pé atrás também está o professor Lehmann, da USP, que aponta dúvidas em rela-

“O ACORDO ESTABELECE PARA O BRASIL UMA NOVA MANEIRA DE PARTICIPAR DO COMÉRCIO, DO FLUXO DE INVESTIMENTOS E DAS NORMAS ECONÔMICAS INTERNACIONAIS, ALÉM DO PROCESSO DA GERAÇÃO DE TECNOLOGIA, ALGO ESSENCIAL PARA A REMODERNIZAÇÃO DO NOSSO APARATO PRODUTIVO.”

ALBERTO PFEIFER, professor do Instituto de Relações Internacionais da USP e coordenador do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (GACInt)

ção à Europa. “Dependendo de quanto tempo esse acordo levar para ser aprovado, poderemos ter uma nova chanceler na Alemanha, e a situação interna do presidente Macron pode estar ainda mais instável.”

Na perspectiva de Pfeifer, a alternância do poder não deve, no entanto, afetar a essência do acordo. “Os países-membros do Mercosul, assim como os da Europa, passam por mudanças, são democracias, as populações votam, às vezes vão por uma proposta e se decepcionam. Não importa se é um governo mais protecionista ou liberalizante. No acordo, a cláusula *stand still* determina que tudo o que já existe não pode retroceder. Ou seja, não pode aumentar o protecionismo nem nosso para com os europeus nem dos europeus para conosco, o que dá uma base mínima jurídica de previsibilidade para se fazer investimentos e negócios nas duas áreas”, ressalta o professor, frisando que são acordos de longa maturação. “Não vai depender do governo de plantão, mas da determinação dos setores produtivos para manter o acordo de pé.”

Ao mesmo tempo que o acordo confere mais relevância ao Mercosul, também exige medidas práticas no âmbito interno. Nesse sentido, a redução da Tarifa Externa Comum (TEC) – cobrada pelos quatro membros do Mercosul sobre todos os produtos vindos de outros países – é um dos focos de negociação entre os países-membros. “Estamos trabalhan-

do para uma expansão da cobertura da TEC, ou seja, mais setores inclusos no princípio da união aduaneira. Descendo dos atuais 14%, 15% para algo bem mais abaixo do que isso”, detalha Troyjo.

PROTEÇÃO DE DADOS

A ameaça à segurança dos dados digitais nas transações entre os dois blocos é um desafio estratégico. “Europa e o Mercosul estão atrasadíssimos em muitos aspectos se comparados aos Estados Unidos e à China. Os Estados Unidos lideram em dados. A China, no desenvolvimento do 5G”, afirma o jurista especializado em proteção de dados e tecnologia José Belo. Ele acredita que tanto o Mercosul quanto a UE devem aproveitar o momento para avançar no desenvolvimento tecnológico e parar de entregar dados para os Estados Unidos e para a China. “Os dados valem dinheiro, e os valores aumentam ano a ano.”

Ele defende que o empresário brasileiro aproveite o acordo para ajustar seus processos ao Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), válido na Europa, que estabelece regras mais rígidas para captação, armazenamento e uso dos dados. “Recomendo ao Brasil que invista no 5G e implemente o mesmo nível de proteção da Europa. Isso vai permitir que empresas tecnológicas europeias que queiram investir no

Brasil ou nos demais países do Mercosul possam fazê-lo sem temor. A legislação da Europa exige que só se trabalhe com quem está em conformidade com o RGPD.”

Em relação ao comércio eletrônico, Troyjo reconhece a dificuldade de se manter o acordo atualizado com a enxurrada de novidades tecnológicas a cada instante. “O tema do comércio eletrônico passa por uma discussão que evolui a cada 24 horas no mundo. Hoje, muito daquilo do que se comercializa no mundo não é bem tangível, é serviço, projeto. Essa nova fase leva em consideração isso, e a moldura jurídica internacional, em fóruns como a OMC, está evoluindo.”

O secretário acrescenta que “antigamente, o Brasil não participava dessas discussões porque achava que era uma forma de impor a agenda dos países do Norte aos países do Sul. Substituímos essa visão antiquada por uma participação ativa, e isso vale tanto para o que acontece em Genebra, na OMC, quanto nas relações bilaterais que o Brasil tem, porque, dependendo do entendimento que se tem sobre comércio eletrônico, se ele ocorrer em função de alguns padrões, por exemplo, nós não necessariamente precisamos fazer em conjunto com os nossos parceiros do Mercosul, podemos fazer de maneira bilateral”.

QUESTÃO AMBIENTAL

Troyjo destaca que a parte econômica do acordo não precisa passar pelos parlamentos nacionais de cada membro da UE, apenas pelo Parlamento Europeu, em Bruxelas. A ressalva ganhou relevância desde agosto, quando houve ameaças de vários membros da UE, liderados pela França, de não ratificarem o acordo em razão do aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia.

“Essa parte comercial não tem nenhuma vinculação com a parte ambiental, que integra o pilar da cooperação. Esse, sim, tem de ser aprovado por cada país e pode sofrer alguma resistência, ser alvo de questionamentos locais”, analisa Pfeifer.

Segundo o especialista do GACInt, a sanção por infração ambiental precisa ser, antes de tudo, provada em um rito bem minucioso. “O prejuízo deve ocorrer no território do país que está reclamando, não pode ser algo genérico. Queimaram uma parte da floresta amazônica? Qual foi o dano na França? Não é tão simples provar isso. Agora, existe toda uma dinâmica discursiva, uma disputa de poder que passa por comunicação. Temos de ter cuidado para separar retórica da realidade.”

Ponto comum entre os analistas é a urgência das reformas internas. “O acordo mais relevante que o Brasil pode e deve fazer com urgência é consigo mesmo”, reflete Troyjo.

“É preciso modernizar nossas empresas, melhorar a qualidade da gestão e da mão de obra, para aumentar a produtividade do trabalho e da economia brasileira”, afirma Pfeifer.

&

MAIS PARCERIAS

Na prática, o acordo qualificou o Mercosul para novas parcerias. Em 23 de agosto, o bloco fechou com a Associação Europeia de Livre-Comércio (Efta, na sigla em inglês), que reúne países europeus fora da UE e é formado por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein. Juntas, essas economias importam cerca de US\$ 400 bilhões.

Desde o fim de julho, o Brasil também negocia um tratado com os Estados Unidos. “Na realidade, o que combinamos com os americanos é avançar em todas as áreas possíveis, em temas que não envolvam tarifas”,

conta Troyjo, destacando que os americanos têm o Trade Promotion Authority (TPA), espécie de passe livre ao Executivo para fechar acordos comerciais, com validade até julho de 2021. “E nós não precisamos dos sócios do Mercosul, porque não envolve tarifas (sic), vamos explorar essa via”, diz o secretário, sem descartar ambições maiores. “A via tarifária também é interessante porque há uma conjunção entre os presidentes Bolsonaro, Trump e Macri, que pode fazer com que isso seja um pouco mais ambicioso do que somente não tarifário. Também queremos uma oportunidade para a criação de *joint-ventures* entre os países, sobretudo em áreas nas quais possamos alcançar terceiros mercados, como açúcar, álcool, etanol e outros setores do agronegócio.”

CAMINHO ABERTO

infográfico PAULA SECO

O acordo inclui três pilares: diálogo político, cooperação e livre-comércio.

Aproximadamente 25% da economia mundial (US\$ 20 trilhões) são formados pelo PIB somado dos dois blocos. Antes do acordo, apenas 24% das exportações brasileiras entravam livres de tarifas na União Europeia (UE). Com a assinatura, 92% das importações do Mercosul e 95% das linhas tarifárias entrarão livres de tarifas na UE.

PRODUTOS EXPORTADOS PELO BRASIL PARA A UNIÃO EUROPEIA EM 2018

PRODUTOS BÁSICOS

Farelo e resíduos da extração de óleo de soja – 8,1%

Minério de ferro e seus concentrados – 6,8%

Óleos brutos de petróleo – 5,7%

Café cru em grão – 5,5%

Soja (mesmo triturada) – 4,7%

Minério de cobre e seus concentrados – 3,6%

Fumo em folhas – 1,8%

Milho em grãos – 1,5%

MANUFATURADOS

Plataforma de perfuração ou de exploração, dragas, etc. – 7,6%

Tubos flexíveis de ferro ou aço – 2,5%

Outros – 2,2%

Suco de laranja não congelado – 2,2%

Óleos combustíveis – 1,5%

Motores para veículos e automóveis – 1,4%

Torneiras, válvulas e dispositivos – 1,2%

Outros – 1,0%

Aviões – 1,0%

SEMIMANUFATURADOS

Celulose – 6,2%

Ferro (ligas) – 2,0%

PRODUTOS IMPORTADOS DA UNIÃO EUROPEIA PELO BRASIL EM 2018

Medicamentos para medicina humana e veterinária – 11%

Demais produtos manufaturados – 7,5%

Partes e peças para veículos automóveis e tratores – 5,0%

Compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas – 3,6%

Naftas – 2,9%

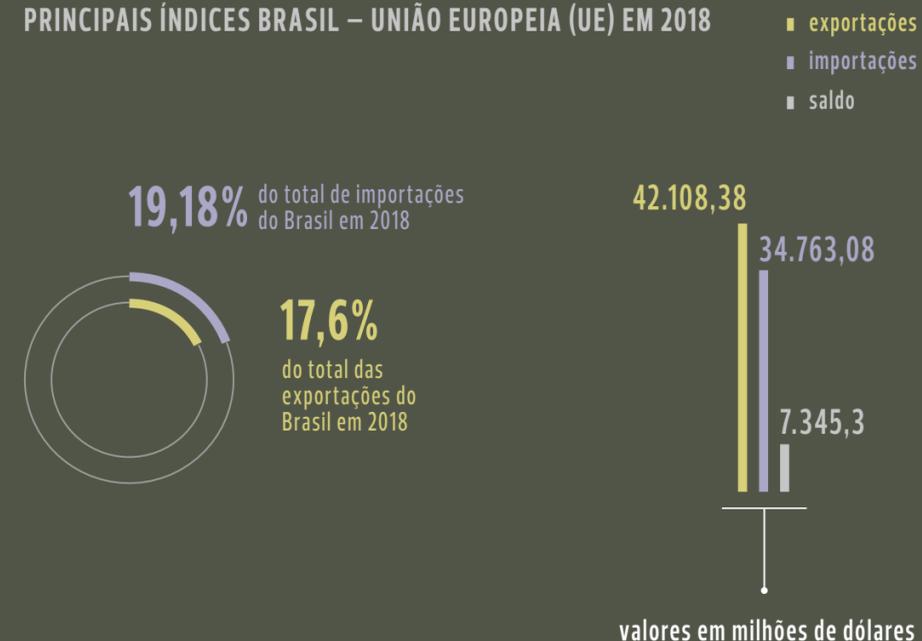
Instrumentos e aparelhos de medida e de verificação – 2,3%

Automóveis de passageiros – 1,9%

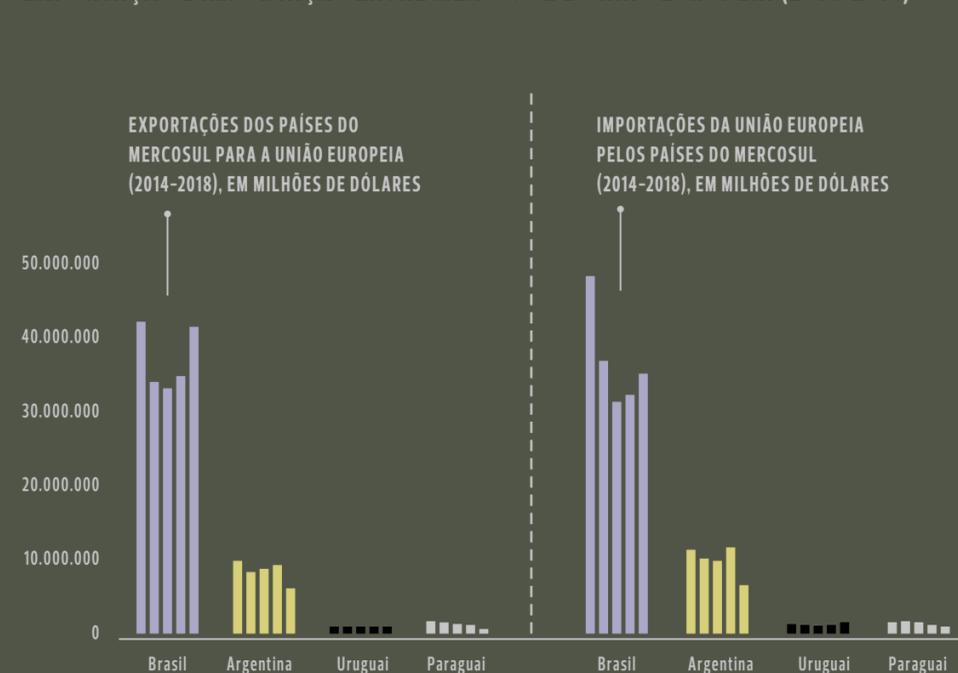
Inseticida, formicida, herbicida e produtos semelhantes – 1,9%

Gasolina – 1,7%

PRINCIPAIS ÍNDICES BRASIL – UNIÃO EUROPEIA (UE) EM 2018



EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO ENTRE MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA (2014-2018)



LINHA DO TEMPO

- 1995**
Assinatura do acordo-quadro de cooperação inter-regional Mercosul-União Europeia (Madri).
- 1999**
Fixação do objetivo de iniciar as negociações do acordo birregional (Cúpula Mercosul-UE, Rio de Janeiro).
- 2000-2004**
Primeira fase de negociações sobre compromissos tarifários. As partes consideraram insatisfatórias as ofertas de acesso a bens.
- 2010**
Relançamento das negociações birregionais (Madri) – melhoria das ofertas de bens em relação a 2004, sem exclusões setoriais, e apresentação de ofertas de acesso a mercados de serviços e compras governamentais.
- 2010-2012**
Segunda fase de negociações.
- 2016-2019**
Terceira fase de negociações – em maio de 2016. Nova troca de ofertas entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018.
- 2016-2019**
As partes negociam textos de maior complexidade temática, que refletem os acordos mundiais.
- 2019**
Em 28 de junho, ministros do Mercosul e comissários da UE anunciam em Bruxelas, na Bélgica, a conclusão da parte comercial do Acordo de Associação Mercosul-UE. A conclusão encerra um processo de negociação que se estendeu por 20 anos.

Fonte: Ministério da Economia

IMUNIDADE EM BAIXA

texto SILVIA KOCHEN

“

“Em 2012, em visita à Itália, percebi que a Europa está 20 anos atrás do Brasil em termos de políticas de saúde pública voltadas à imunização”, afirma o infectologista Guido Carlos Levi. Na época, em uma reunião de médicos, ele soube que 5% da população do Vêneto não eram vacinados porque 3% se recusavam a tomar qualquer vacina, e 2% eram contrários a algumas. A situação era resultado da disseminação de conteúdo contrário a vacinas em sites. Os médicos italianos, então, reagiram divulgando informações pela web e reuniões abertas ao público.

A preocupação com a queda global nos índices de vacinação não é exagerada. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2018, quase 20 milhões de crianças não receberam vacinas importantes. O resultado foram 350 mil casos de sarampo no mundo, o dobro do ano anterior. Os dados preliminares deste ano mostram que as ocorrências da doença quadruplicaram no primeiro trimestre em comparação ao mesmo período do ano anterior. Neste ano, a OMS incluiu o movimento antivacina na lista das dez maiores ameaças à saúde.

No Brasil, um surto de sarampo também avança. Segundo o Ministério da Saúde, entre 12 de maio e 3 de agosto foram 1.226 confirmações e 6.678 suspeitas sob investigação. Dos registrados, 1,22 mil se localizavam no Estado de São Paulo – mas há doentes no Rio, na Bahia e no Paraná. No País, em 2017, a cobertura da tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola) em crianças de até dois anos caiu para 86%. O ideal seria 95%, segundo o Ministério da Saúde.

A imunização não é garantia apenas para quem for vacinado, mas para toda a comunidade. Para piorar o risco de contágio, basta pensar no maior volume de turistas no mundo. Se a ampla maioria da população não for imunizada, abre-se uma porta para a doença. A meta é 95% de cobertura para a população com até 1 ano de idade, mas a proporção ideal varia conforme a faixa etária. No caso da tríplice viral, o problema se agrava, porque demanda várias doses, porém, muitos países dão apenas a primeira.

“Não é à toa que se diz que a vacina é o maior presente que a medicina já ofereceu para a humanidade”, diz o diretor da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIIm), Guido Carlos Levi.

SAÚDE PÚBLICA

A geração que hoje tem 50 anos ou mais costuma ter uma marca característica na pele, deixada pela vacina contra a varíola. Estima-se que até a invenção da primeira vacina, por Edward Jenner em 1798, a varíola matava na Europa cerca de 400 mil pessoas ao ano, praticamente um em cada três contaminados. Os sobreviventes ficavam com marcas na pele extremamente desagradáveis. Mas a imunização era cara, o que inviabilizava o acesso da maioria, e muitos resistiam por achar que não funcionaria.

Apenas a partir da década de 1960 é que a vacinação em massa venceu a varíola em todo o mundo. No Brasil, uma ampla campanha erradicou a doença, em 1971. No mundo, o último caso conhecido de varíola foi em 1977, no Sudão. Em 1980, a OMS reconheceu que a doença foi completamente erradicada no mundo.



O ESTUDO DE WAKEFIELD TEVE COMO CONSEQUÊNCIAS A QUEDA NO ÍNDICE DE VACINAÇÃO NA EUROPA E A DESCONFIANÇA GENERALIZADA PELO MUNDO. NO REINO UNIDO, A COBERTURA VACINAL CAIU DE 92% EM 1996 PARA 84% EM 2002. O POLÊMICO ESTUDO FOI DESMASCARADO SOMENTE EM 2004

Na época, a poliomielite também foi debelada. Causada por vírus que pode atingir o sistema nervoso e paralisar a respiração (causando a morte) ou algum nervo motor, a doença deixava uma das pernas atrofiada. A vacina Sabin, batizada com o nome do cientista que a desenvolveu, era administrada por via oral, o que facilitou muito a operação de campanhas de vacinação massivas. Hoje, dificilmente se encontram jovens com sequelas de paralisia infantil no Brasil, pois o último caso registrado no País foi em 1989, mas o vírus ainda circula em regiões da África e da Ásia.

Principal causa de surdez congênita no Brasil – se contraída no início da gestação, ataca o feto –, a rubéola foi alvo da imunização a partir de 1992, com a tríplice viral. Em 2015, a OMS declarou que a doença havia sido erradicada nas Américas. Mas a vacina se mantém vital porque a rubéola é altamente contagiosa e ainda está presente em outros países.

MOVIMENTO ANTIVACINA

A vacina funciona de forma simples, com agente semelhante ao que causa a doença, que vai estimular o corpo a produzir os anticorpos que combaterão o vírus. Esse agente pode ser o próprio micróbio causador da doença atenuado ou morto, suas toxinas ou uma de suas proteínas. Após a aplicação, algumas vacinas podem causar reações, como febre, mas, depois de algum tempo, os anticorpos protegem contra a doença.

Em seus primórdios, no século 18, a imunização causava muita desconfiança. As pessoas não entendiam como injetar um vírus no corpo poderia trazer algum benefício. Aos poucos, as resistências foram vencidas, e a vacinação se tornou uma das mais importantes medidas de saúde pública no século 20, contribuindo para melhorar o bem-estar da população e aumentar a expectativa de vida.

Mas muitos grupos recusam a vacina por diferentes motivos. A reportagem da **Problemas Brasileiros** procurou adeptos do movimento antivacina de diferentes abordagens naturalistas, mas eles se recusaram a dar entrevista. De maneira bem genérica, esses partidários argumentam que o organismo deve “aprender” a se defender de infecções naturalmente, e que, portanto, uma criança saudável desenvolveria sozinha a defesa contra doenças como sarampo ou rubéola.

Um dos fatores que contribuiu para o problema foi uma das maiores fraudes da medicina nos últimos tempos. Em 1988, o médico britânico Andrew Wakefield publicou um estudo na prestigiada revista médica *The Lancet* que indicava uma correlação entre tríplice viral e autismo. Ele considerava a hipótese de que a vacina poderia causar problemas gastrointestinais que provocariam inflamação cerebral, trazendo prejuízo ao desenvolvimento da criança. Nos Estados Unidos, levantou-se a hipótese de que um componente de algumas vacinas, o timerosal, causasse autismo.

O estudo de Wakefield teve como consequência a queda no índice de vacinação na Europa e a desconfiança generalizada pelo mundo. No Reino Unido, por exemplo, a cobertura vacinal caiu de 92% em 1996 para 84% em 2002. Wakefield só foi desmascarado em 2004. Descobriu-se que ele fraudou o estudo e foi financiado por um grupo de advogados que buscavam indenização da empresa que fabricava as vacinas. Recusando-se a admitir o erro, Wakefield teve seu registro de médico cassado, e a *The Lancet* retirou o artigo de sua base de dados. Hoje, o ex-médico britânico vive nos Estados Unidos à frente de uma ONG que sustenta que a imunização provoca o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

As mídias sociais reforçam a epidemia de teorias conspiratórias contra as vacinas. É possível encontrar vídeos em português no YouTube e boatos que circulam pelo WhatsApp que demonizam vacinas usando *fake news*.

FALTA DE INFORMAÇÃO

Nos Estados Unidos, pesquisas apontam que algumas populações abastadas tendem a rejeitar mais as vacinas. Entre os exemplos estão grupos religiosos, como judeus ortodoxos de Nova York e comunidades dos protestantes *amish*.

O “Inquérito de cobertura vacinal nas áreas urbanas das capitais do Brasil”, de 2007, mostrou que a cobertura vacinal é menor nos estratos sociais mais elevados. O estudo, financiado pela Organização Pan-Americana de Saúde e pelo Ministério da Saúde, foi conduzido pelo epidemiologista José Cassio de Moraes, professor da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. A sondagem apurou que a baixa cobertura vacinal nas camadas mais elevadas da população se deve mais à falta de informação sobre o esquema de imunização.

“Normalmente, as pessoas mais ricas recorrem a pediatras particulares, mas é no posto de saúde que se encontra orientação correta sobre a importância da vacinação”, destaca Moraes.

O estudo faz distinção entre a população que usa apenas a rede pública para imunização, os que combinam o uso da rede pública com a rede privada e aqueles que apenas recorrem ao médico particular. O inquérito revelou que a cobertura vacinal, com esquema básico completo de vacinação e doses válidas, foi maior entre as crianças que usaram exclusivamente o serviço público do que entre as usuárias do serviço privado, quer seja de forma exclusiva ou combinada, com 70% contra 65%.

Moraes revela que está em curso uma nova pesquisa do Ministério da Saúde sobre a cobertura vacinal, que abrange todas as capitais. Os primeiros resultados devem estar disponíveis em 2020. “Há uma grande chance de o movimento antivacina ser mais forte agora, mas acredito que o fator mais importante para a ausência de vacinação não seja esse”, analisa.

Ressaltando que o estudo pode apontar outras conclusões, ele cita a redução de recursos e a falta de estrutura dos municípios, responsáveis pela gestão dos serviços de saúde, como as

prováveis causas mais importantes para a insuficiência de cobertura vacinal no País.

As cidades nem sempre dispõem de pessoal qualificado para planejar ou executar uma campanha de imunização. Isso engloba o projeto de informação, com folhetos explicativos sobre as vacinas necessárias e as doses de reforço, o planejamento para maior cobertura possível de pessoas vacinadas e a verificação dos locais estratégicos e acessíveis para todos. Vale lembrar que muitas vacinas precisam de esquema especial de armazenamento, e é preciso técnicos com treinamento específico para a aplicação.

“Temos cobertura de 90% da população que recebeu imunização. É uma taxa alta, mas ainda insuficiente para o controle de doenças como o sarampo”, ressalta Moraes. O ideal seria um índice de, pelo menos, 95%.

PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES

Criado em 1973, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) garante acesso gratuito a todas as vacinas recomendadas pela OMS e é referência internacional. Hoje, contempla doenças como sarampo, pólio, rubéola, meningite, hepatites A e B, rotavírus, pneumonia, tétano, catapora, febre amarela, gripe e, mais recentemente, HPV. Fora da rede pública, há ainda outras vacinas, como a contra dengue e herpes-zóster.

Segundo Guido Levi, o Papilomavírus Humano (HPV) está relacionado a casos de cânceres de faringe, laringe, reto, pênis, ânus e colo do útero. Como é uma vacina cara, e a verba, limitada, optou-se por vacinar as meninas – uma vez que câncer de colo de útero é o mais difícil de tratar. O resultado deve ser perceptível daqui a 20 anos, com a redução desses casos.

Apesar da ampla cobertura de vacinas, a operacionalização das campanhas de imunização é complicada. “São muitas vacinas e muitas doses, é difícil para a mãe saber como vacinar

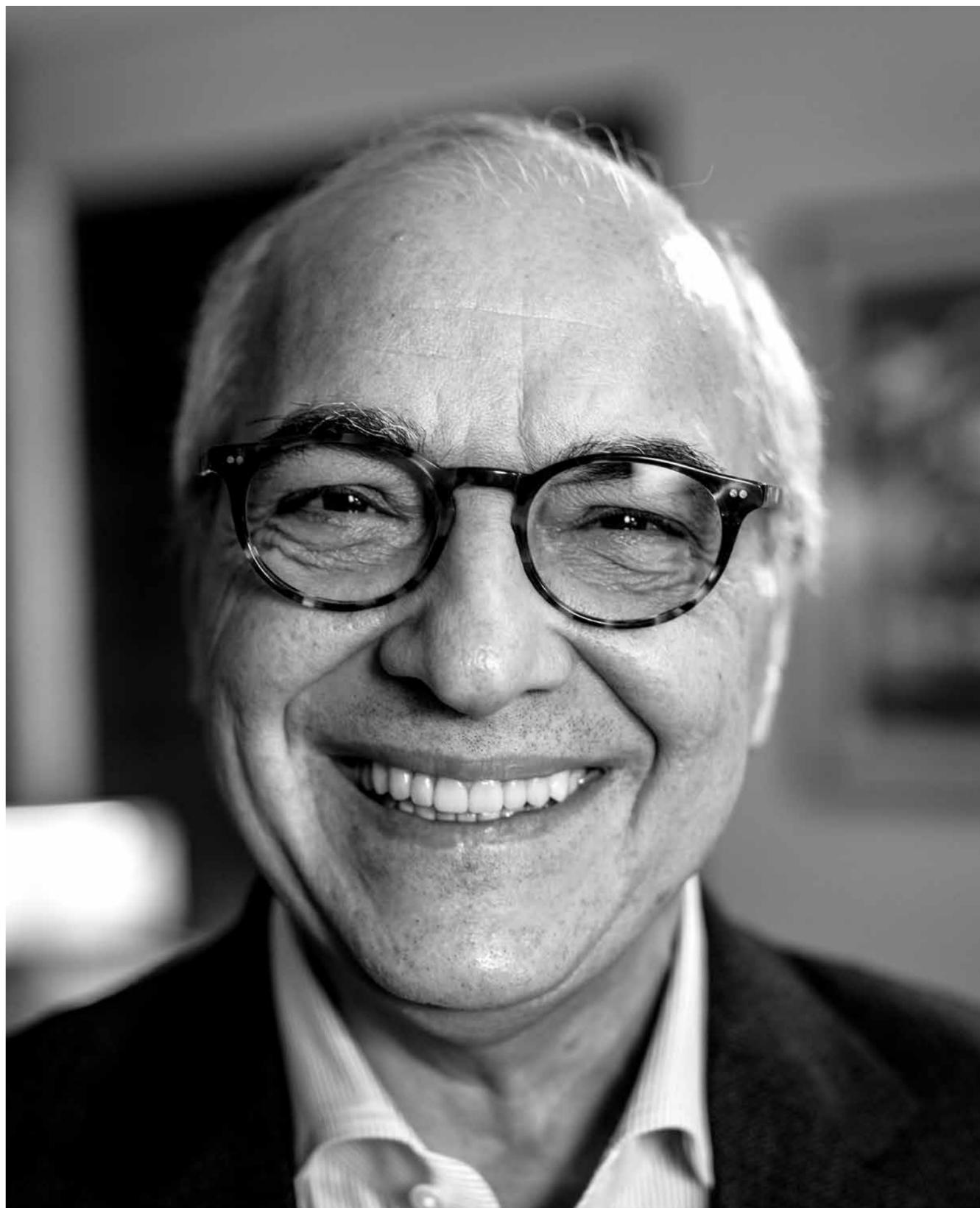
corretamente”, avalia Moraes. Ele aponta como uma das principais dificuldades a falta de padronização das orientações, pois cada prefeitura faz sua campanha, e, muitas vezes, as informações não estão completas ou claras.

O acesso à vacinação é outro ponto complicado. Crianças com menos de 2 anos não frequentam a escola, e isso dificulta que as mães sejam alertadas sobre o calendário de vacinação. Segundo Moraes, se a imunização dos adolescentes pudesse ser realizada na escola, melhoraria em muito a cobertura.

Hoje se discute se é desejável impor a obrigatoriedade de vacinas – por exemplo, impedindo crianças não vacinadas de frequentar a escola, como acontece em alguns países. Na Califórnia, a questão tomou proporções calamitosas depois que um surto de sarampo começou na Disneylândia. O problema levou, em 2015, à aprovação da lei que torna obrigatória a vacinação para a criança que frequenta a escola.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece no artigo 140 que a vacinação é obrigatória. Levi, porém, acredita que já existam muitas barreiras que dificultam o acesso da criança à escola, e que criar mais uma não seria interessante. Ele propõe um método mais “civilizado” para lidar com essa questão: “A direção da escola deveria pedir aos alunos que apresentem sua carteira de vacinação. Se não tiverem, iria orientá-los sobre a importância da imunização.”





GUILHERME LEAL

Integrante do Conselho de Administração da Natura e fundador da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps) defende a participação de todos na política brasileira e aposta no papel socioambiental das empresas para promover avanços no campo da sustentabilidade

entrevista HUMBERTO DANTAS | fotos CHRISTIAN PARENTE

É possível unir conservação ambiental com eficiência produtiva e cidadania com lucratividade, acredita um dos fundadores e integrante do Conselho de Administração da Natura, Guilherme Leal. Em entrevista ao canal **UM BRASIL**, uma iniciativa da FecomercioSP, ele reafirma o papel das empresas como agentes de transformação social e responsáveis não apenas pela redistribuição da riqueza – por meio de renda, salário e impostos –, mas como indutoras de inovação e boas práticas.

Um dos responsáveis pela formação da imagem ecossustentável da Natura, reconhecida mundialmente, Leal aponta que o envolvimento da empresa com a preservação da natureza e a integração com produtores locais surgiu do entendi-

mento de que ninguém é capaz de fazer a diferença sozinho. “Sem uma política de melhor qualidade, que leve desenvolvimento de uma maneira mais ampla para a população e sem um Estado bem desenhado e mais eficiente na prestação do serviço para servir à sociedade, não se gera escala necessária para produzir a mudança positiva”, destaca.

Na esfera política, Leal, que já se lançou candidato à vice-presidência da República pela chapa de Marina Silva em 2010, julga que o momento atual de polarizações extremistas dificulta o debate por avanços na área do meio ambiente, mas sugere que a “única vantagem dessa falta de bom senso é que se jogou mais luz sobre os problemas e as oportunidades”.

Você já atuou na administração pública e na política e é um dos grandes incentivadores das iniciativas que buscam trazer pessoas para a política. Que multiplicidade de olhar é essa e quanto ela contribui para a reflexão acerca da democracia?

Sempre fui um cara um pouco inquieto, então, logo me dei conta de que me tornar um servidor de empresas estatais não me traria a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento social – e até mesmo pessoal –, pelas burocracias, as injunções todas e as complexidades de interesses.

Depois disso, entrei no empreendedorismo empresarial, juntando-me a essa história da Natura, que vai completar quase 50 anos, e ali foi reforçando minha percepção do poder do empreendedorismo. Fui juntando a história de que a transformação, primeiro, está em nós mesmos, indivíduos, cidadãos, consumidores, eleitores, ou seja, a transformação e a mudança estão dentro de cada um de nós. Mas, para isso, precisamos nos organizar nas entidades mais diversas.

E, por outro lado, as empresas têm um papel importante a assumir nessa transformação. São engendradoras de grandes processos de desenvolvimento e de grandes problemas que enfrentamos globalmente, como sociedade mundial. O papel da empresa é ser um agente de transformação social, um produtor de progresso não apenas de riqueza redistribuída parcialmente por meio de renda, salário e impostos, mas culturalmente, pelas potências de inovação e de conexão. Isso é possível e traz, inclusive, bons resultados econômicos. Então, dá para juntar conservação com produção, cidadania com lucratividade, com criação de riqueza. Essas coisas não são incompatíveis.

Fui me envolvendo nesse processo de empresa, participando ativamente da cidadania e, num certo momento, tive contato com a política, em 2010. E isso me trouxe a percepção de que sem uma política e sem um Estado melhor, desenhado para servir à população, não se produziria – por mais que existissem boas ONGs e empresas – escala necessária para uma mudança positiva, sem efetivamente ter uma política de melhor qualidade, na qual os interesses da sociedade fossem colocados e discutidos de uma maneira civilizada, e um Estado mais eficiente na prestação do serviço que lhe cabe.



É nisso que tenho me envolvido, seja no ambiente brasileiro, seja no ambiente latino-americano, tentando dar uma contribuição nos movimentos mais globais, porque os desafios, hoje, têm essa dimensão global. Independentemente de desafios econômicos e políticos, claramente a democracia está enfrentando desafios, não apenas no País, mas, em muitos lugares do mundo, se vê com preocupação esses movimentos mais populistas, de cunho conservador e que questionam a própria democracia na sua essência.

Depois das eleições de 2010, tive a convicção de que grandes ideias se discutem nas eleições gerais para presidente, mas a transformação se dá em municípios e localidades. Então, temos de pensar em vereadores, em prefeitos, nas diversas posições de liderança política que se distribuem e na maneira como se organiza o poder.

Quando você aposta nas organizações que estimulam as pessoas de diferentes partidos, narrativas e ambientes para viver a política, como romper a barreira cultural da política, que impõe o jeito próprio, e não o jeito das pessoas estimuladas no ambiente local?

É óbvio que os partidos, surgidos no século 17 para organizar a representação política, são fundamentais, mas acredito que a essência da política seja a percepção da cidadania, que é diferente para cada um. Os contextos e as comunidades são diversos, com suas características próprias; então, acho que dar algum apoio instrumental para que esses cidadãos possam ser agentes políticos relevantes é construir sociedades com menos desigualdade, com maior contemplação dos interesses de todos.



Vivemos um momento de extremismos. Acho que a única vantagem dessa falta de bom senso é que se jogou mais luz sobre os problemas e as oportunidades.

Com todo o respeito aos partidos, mas eles não podem ter o monopólio do exercício da democracia e da vivência democrática. Eles podem ter o monopólio da representação, da organização dos congressos, mas o exercício da cidadania é muito mais amplo, uma cultura a ser criada. É um processo que tem de ser paciência, resiliência para enfrentar, porque a participação política não está no DNA do brasileiro.

Em que momento a Natura conseguiu unir empreendedorismo e sustentabilidade?

Foi no começo da década de 1990, mais ou menos, simultaneamente à Rio-92, quando essa questão ambiental-climática estava começando a ganhar força. Nós, cinco pequenas empresas, estávamos nos fundindo e fomos para o divã para pensar o que queríamos ser, quais eram as verdades que compartilhávamos e para onde essas verdades apontavam. Por um lado, isso é fundamental. Por outro, essa questão de quando se fala da interdependência de tudo e de todos, fala-se de sustentabilidade, que não existe o meio ambiente e nós; não existe a sociedade e eu, indivíduo. Essas coisas todas são partes de um mesmo todo.

Se quero construir, seja do ponto de vista mais egoísta do cidadão, seja no pequeno núcleo familiar, seja do ponto de vista de pensar, preciso cuidar do todo, e isso é o conceito básico de sustentabilidade. Como é que eu cuido das gerações futuras? Sou leal ao legado que recebo das gerações anteriores, do patrimônio natural, e como é que isso pode ser cuidado, preservado, utilizado de maneira inteligente e transferido para as novas gerações?

Não são os iluminados que irão nos salvar. Somos todos nós. Está em nós essa potência e esse compromisso moral com as futuras gerações de construir sustentabilidade. E vem também de uma insatisfação total e indignação, da incapacidade de conviver com as desigualdades. Quer dizer, a sustentabilidade no sentido social de que não é sustentável ter o grau de desigualdade que vivenciamos na nossa sociedade historicamente. Para transformar essa sociedade dividindo melhor as oportunidades, inclusive com gerações futuras, precisamos da força e da energia de cada um.

O que é necessário mudar na questão estrutural para estimular o empreendedorismo?

Acho que tem muito a ser feito. São bem conhecidos os indicadores da “amigabilidade” do Brasil para quem quer fazer negócio. Isso realmente é um caos. Nesse País, ser empreendedor é quase heroico, mesmo porque a burocracia, o sistema – que eu não chamaria mais de “sistema tributário” –, é disfuncional. A quantidade de impostos, o custo não só da carga que é elevada, mas da complexidade, fundamentalmente. Nós avançamos em 30 anos, se pegarmos no atacado. Mas ainda tem uma instabilidade muito grande de regras, agências que uma hora têm um papel; outra hora, outro. Então, falta uma regulação mais estável também, principalmente para o pequeno empreendedor, que convive com as complexidades e as burocracias.

É óbvio que precisamos, primeiro, de um Estado que tenha as contas arrumadas. Não existe nenhum caso conhecido de sociedade que sobreviva se não tiver um pouco de organização nas suas contas, e, para isso, a Reforma da Previdência é fundamental, assim como a Reforma Tributária também. Acho que [a Reforma Tributária] é até mais difícil de ser aprovada do que a da Previdência, por-

O papel da empresa é ser um agente de transformação social, um produtor de progresso não apenas de riqueza distribuída parcialmente por meio de renda, de salários e de impostos. Dá para juntar conservação com produção, cidadania, lucratividade e criação de bens, pois essas coisas não são incompatíveis.

”

que mexe com maior número de dimensões, enquanto a Reforma da Previdência carregava um conjunto de privilégio maior que tinha de ser reduzido, e isso estava muito na esfera pública. Quando se mexe com a Reforma Tributária, existem interesses federativos conflitantes da agricultura, da indústria, dos serviços, é uma miríade de diferentes interesses que têm isenções e que querem defender quem está incomodado com a falta de horizontalidade de regras. Os interesses são muito diversos, mas estamos em um ponto de tal gravidade que acredito (e torço) pela prosperidade. Não existem soluções mágicas, as transições são longas, mas fundamentais.

A simplificação, que vai em direção ao mais óbvio, um imposto de valor agregado sobre bens e serviços, não resolve tudo, mas é parte importante da criação desse ambiente de negócios mais favorável ao empreendedorismo. Existem outros fatores de simplificação que devem ser adotados e de financiamentos; tem uma série de outras medidas necessárias, mas essas duas são fundamentais. Advogo por um Estado forte que possa regular as ações entre os diversos entes econômicos e sociais, preservando o equilíbrio de forças entre os diversos elementos. Um Estado que, essencialmente, cria condições para que o empreendedorismo prospere. É nesse desenho de Estado que acredito.

Em uma época de extremismos no tocante à preservação ambiental, com pessoas questionando as queimadas na Amazônia e outras defendendo que o local deveria ser transformado em território internacional, onde conseguimos encontrar um ponto de equilíbrio para discutir a questão da sustentabilidade de fato?

Vivemos um momento de extremismos. A única vantagem dessa falta de bom senso é que se jogou mais luz sobre os problemas e as oportunidades que surgiram, inclusive no meio acadêmico internacional, mostrando que um dos vetores mais relevantes para enfrentar mudanças climáticas e conseguir conter o aquecimento é a questão do reflorestamento, o mais eficaz em curto e médio prazos do que todos os outros instrumentos.

Temos uma Amazônia cuja influência é relevante para os mais diversos interesses. O que vejo com bons olhos é que a questão não

pode ser mais jogada para debaixo do tapete. Existe um confronto, uma necessidade de se colocar mais luz e bom senso, ciência e informação para lidar com essa questão. Não acredito nessa internacionalização, na teoria conspiratória que sempre circundou no imaginário, principalmente de algumas lideranças militares. O Brasil tem um *soft power* que vem construindo ao longo de 50 anos, mais ou menos, baseado em seu patrimônio natural e num uso bastante avançado em muitos sentidos quanto à questão ambiental.

Tivemos protagonismo em diferentes partidos e governos e uma presença relevante inclusive na conciliação dos grandes temas. O papel relevante do Brasil em construir consenso para o Acordo de Paris é reconhecido. Estamos perdendo isso, desintegrando. A política atual de contestação de que se as terras indígenas não forem abertas para o garimpo, será uma tentativa de internacionalização da Amazônia, não encontra suporte científico. Não existe nenhuma experiência global que pudesse dar sustentação a uma tese dessa natureza.

É absurda a negação dessa relevância [da Amazônia] e achar que pura e simplesmente abolir com toda e qualquer regra vai levar a alguma coisa. Vai levar à apropriação do bem público por grupos de interesses muito específicos, a maioria, clandestinos. Nosso envolvimento tem sido de trazer o diálogo, o bom senso e a experiência de que é possível, e, junto com comunidades, produzir inovação e gerar riqueza.

&

UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo desses encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.

Assista à entrevista na íntegra por meio deste QR code





ANA CARLA ABRÃO
ANA CAROLINA MONGUILOD
BERNARD APPY



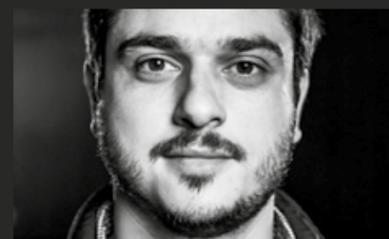
HENRIQUE MEIRELLES
GUSTAVO FRANCO
EDMAR BACHA



MARCOS DE AZAMBUJA
EDUARDO GIANNETTI
PATRÍCIA ELLEN



PEDRO MALAN
LARA MESQUITA
ANDRÉA FREITAS



ANDRÉ CLARK
RACHEL MAIA
BERNARDO PIQUET

UM BRASIL

- Ajuste fiscal
- Reforma Tributária
- Políticas públicas
- Burocracia
- Financiamento de campanha
- Ambiente de negócios
- Política externa

UM BRASIL joga luz a temas essenciais para os desenvolvimentos econômico e democrático, reunindo vozes dispostas a pensar o Brasil de maneira apartidária e plural.

— Convidamos você a fazer parte desse debate.

— Para conhecer esses e outros conteúdos, acesse:

f @CanalUMBRASIL

www.umbrasil.com

INICIATIVA Fecomerciosp

FREIOS E CONTRAPESOS NA POLÍTICA ATUAL



PAULO DELGADO,
sociólogo e
copresidente
do Conselho
de Economia
Empresarial e
Política da Federação
do Comércio de
Bens, Serviços e
Turismo do Estado
de São Paulo
(FecomercioSP)

O Congresso já deu sinais concretos de que o Brasil está se preparando para maior participação do Poder Legislativo na agenda nacional. Mesmo dentro do sistema presidencialista, previsto pela Constituição Federal, é possível atuar com mais independência e, ao mesmo tempo, auxiliar o Poder Executivo no exercício de suas funções. O presidente, por sua vez, já sinalizou que suas prerrogativas estão preservadas e podem ter alcance institucional decisivo nos rumos da política brasileira. Ao que parece, estamos vivendo um ensaio geral do Check and Balances System – o sistema de pesos e contrapesos criado por Montesquieu para explicar como deve funcionar a divisão de Poderes e qual deve ser o espírito das leis.

De um lado, a escalada retórica do presidente produz atos que viram notícias; de outro, a convocação de sessões no Parlamento cria fatos que viram leis. O debate sobre a Amazônia, por exemplo, acabou entrando na agenda dos países ricos ao lado da discussão sobre a entrada da Rússia no G7 e do programa nuclear do Irã. Mas o projeto de abuso de autoridade, aprovado pelo Congresso, levou o presidente a exercer o poder de veto e, assim, definir a nova relação do Executivo com os marcos legais da Operação Lava Jato, cuja atuação vem sofrendo reveses no Congresso e no Supremo desde que o juiz Sergio Moro se tornou Ministro da Justiça.

Os embates entre o Executivo e o Legislativo se acentuam, especialmente em relação à visão antagonista que os dois Poderes possuem sobre a mais atual forma de manipulação política: a notícia falsa e a prática do *cyberbullying* contra autoridades, personalidades e pessoas vulneráveis.

Fato que culminou na criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), responsável por fornecer combustível ao ambiente político por mais de seis meses, por meio da in-

terferência, se necessária, nas eleições municipais, sinalizando que ataques cibernéticos e *fake news* não poderão influenciar o resultado das eleições. O desafio do Congresso, dessa forma, é equilibrar a defesa da verdade com a garantia das liberdades de opinião e expressão.

Um projeto único de Reforma Tributária, nesse caso, seria o ideal, se considerarmos a sua excessiva complexidade: foram 390 mil normas editadas nos últimos 30 anos. O setor produtivo espera que não prevaleçam a tradição extrativista do arrecadador de impostos e sua alta ambição em querer mudar tudo. Assim, o debate não pode estar centrado na manutenção da carga tributária. O desafio é a ampla e clara simplificação do sistema. Também não é boa política deixar o teste do novo modelo para os dez anos propostos para a transição. Um bom caminho é fazer uma simulação para checarmos o impacto das mudanças com algum grau de previsibilidade e segurança.

Para isso, governo e Congresso, muitas vezes em conflito, devem estar atentos ao fato de que somos uma Federação. É essencial a harmonia entre ambos para que as definições de competências e responsabilidades de cada um sejam feitas de tal forma que Estados e municípios aceitem as regras propostas pela União. Desoneração, circulação de mercadorias, benefícios fiscais, classificação de produtos similares e alíquotas máxima e mínima devem ter regras previsíveis, transparentes e justas. Não é mais possível desconsiderar três fatos da atualidade: maior peso do comércio e dos serviços na composição do PIB, mais força da economia digital e impacto das mudanças no mundo do trabalho.

&

S

SOBRE CONSUMO E EXPECTATIVAS

A última divulgação dos dados relativos ao desempenho da economia brasileira surpreendeu positivamente, com crescimento de 0,4% no segundo trimestre em comparação ao trimestre anterior, e 0,7% no primeiro semestre em relação ao mesmo período do ano passado. Duas questões importantes podem ser levantadas com base nos números apresentados: é possível esperar uma aceleração no crescimento, dado que o quadro foi mais positivo do que o mercado projetava? E quais componentes da demanda agregada poderiam “puxar” um eventual maior crescimento?

Em relação à primeira questão, a pesquisa “Focus”, do Banco Central, já passou a elevar as previsões de crescimento do PIB para 2019, que podem superar ligeiramente a casa do 1%. Algumas observações, porém, precisam ser feitas em relação a esse porcentual. Embora revele uma melhora de expectativas, é um crescimento fraco e insuficiente para recolocar o País numa rota de crescimento acelerado, até porque praticamente repete os registrados nos dois anos anteriores. A economia brasileira está numa fase de transição que, embora na direção correta, não permite acelerar o ritmo de crescimento no curto prazo. Isso porque as distorções acumuladas pela política econômica dos últimos anos foram muito graves, principalmente na área fiscal (o problema mais grave do Brasil na atualidade). Basta observar que a redução dos gastos públicos, embora fundamental para viabilizar as condições de crescimento econômico sustentável, no curto prazo é contracionista (com foco na contenção do avanço da inflação).

Ao se analisar os componentes da demanda agregada que poderiam “puxar” algum crescimento adicional, cabe notar: **A)** os gastos do go-

verno, como já dito, são contracionistas; **B)** com a desaceleração da economia mundial, as exportações já estão sendo impactadas, com redução de 5,2% no período janeiro-agosto em relação ao mesmo período de 2018; **C)** isso significa que os eventuais fatores de indução ao crescimento estão ligados ao mercado interno, como já ocorreu no primeiro semestre, com expansões de 1,5% no consumo das famílias e de 3,1% no investimento; **D)** este é fundamental para se criar as condições de ampliação da produção futura e manter o crescimento, mas, dada a capacidade ociosa na economia, o desempenho do nível de atividade no curto prazo ficará mais dependente do consumo das famílias, que representa 64,3% da demanda agregada contra 15,4% do investimento, segundo o IBGE.

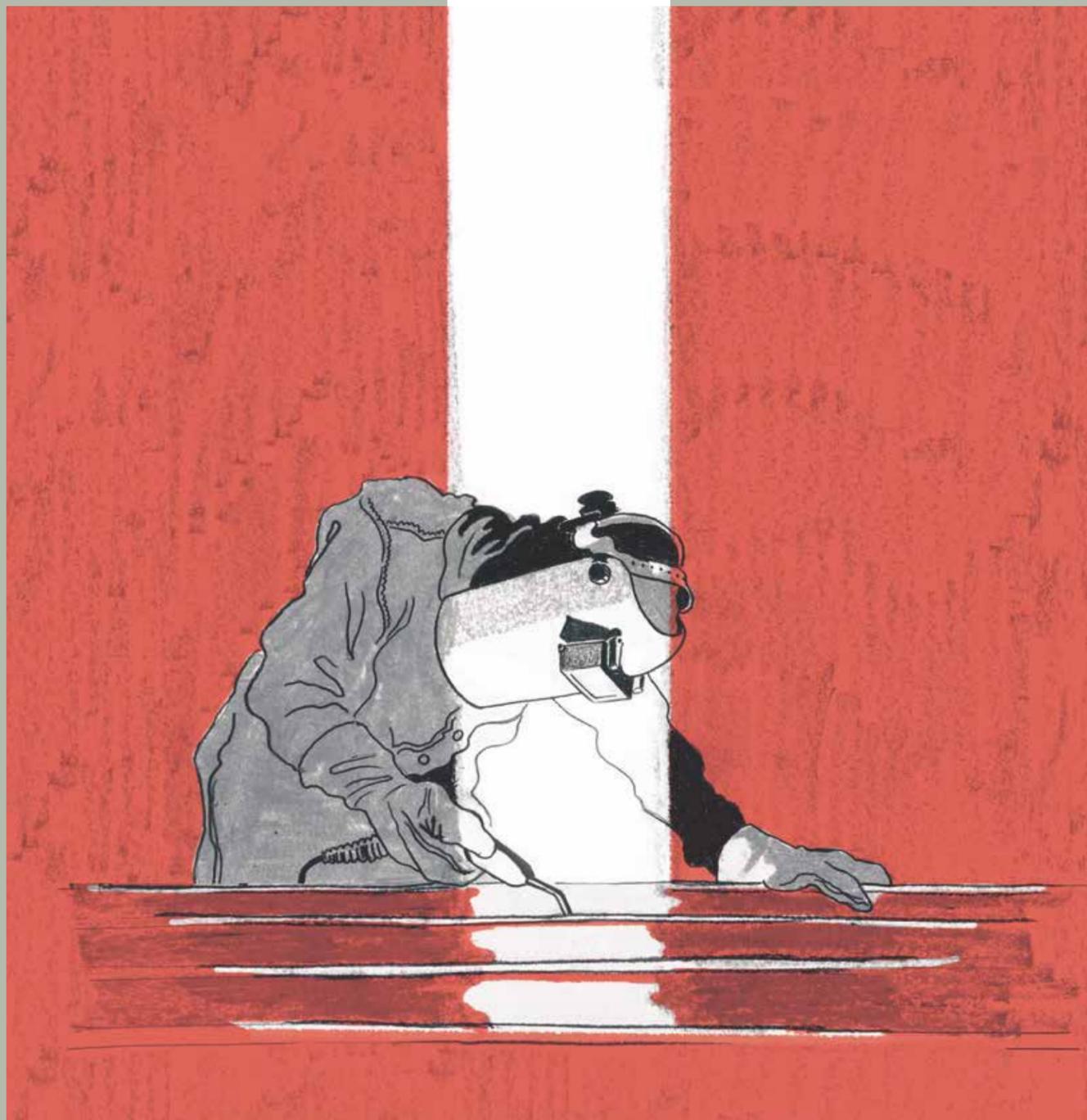
O consumo das famílias poderá ser favorecido com algumas medidas que o governo já está adotando. Se a situação financeira internacional não se agravar, o Banco Central pode acelerar a redução da taxa de juros para 5% até o fim do ano, como já previsto pela pesquisa “Focus”. A liberação dos recursos do FGTS, embora com efeito passageiro, também vai dar alguma contribuição. Além disso, o índice de desemprego está recuando, graças à expansão do emprego informal é verdade, mas, embora não gere vínculo empregatício, aumenta a renda e, portanto, a capacidade de consumo.

Em resumo, diante das limitações impostas por um período de transição, não deixa de ser positiva a expectativa de um crescimento um pouco maior em 2019 e abre perspectivas também de uma expansão acima de 2% em 2020. A equipe econômica é homogênea e está levando o País numa direção liberal importante para elevar os níveis de produtividade da economia brasileira, hoje reconhecidamente muito baixos.



ANTONIO LANZANA

é copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP (CEEP) e professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Dom Cabral.



A história da Organização Internacional do Trabalho

texto HERBERT CARVALHO | ilustração PEDRO VÓ

Criada em 1919 como parte integrante do Tratado de Versalhes, que estabeleceu as regras impostas pelos vencedores da Primeira Guerra Mundial, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) celebra seu centenário num momento em que o mundo laboral atravessa mudanças profundas, impulsionadas por inovações tecnológicas e oscilações demográficas e climáticas, além da globalização – que põem em xeque a própria natureza e o futuro do trabalho.

Dados da entidade divulgados no documento “Perspectivas sociais e de emprego no mundo: tendências 2019”, mostram que a maioria das 3,3 bilhões de pessoas empregadas no planeta não desfrutam de suficiente segurança econômica, bem-estar material e igualdade de oportunidades. Além disso, a redução do desemprego observada ao redor do mundo não refletiu em melhora na qualidade do trabalho. “Ter emprego nem sempre garante condições de vida dignas”, afirma o diretor do Departamento de Investigações da OIT, Damian Grimshaw. Ele aponta que um total de 700 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza extrema ou moderada, mesmo empregadas.

Outro problema apontado é o trabalho forçado, que atinge 21 milhões de pessoas e propor-

ciona US\$ 150 bilhões de lucro por ano, obtidos à margem do respeito a qualquer direito. O trabalho informal também persiste como um grande desafio: cerca de 2 bilhões de trabalhadores estão nessa situação (61% da população ativa mundial).

Debruçados sobre essas questões, mais de 5 mil delegados dos 185 Estados-membros se reuniram em junho, em Genebra, na Suíça, sede da OIT, na 108ª Conferência Internacional do Trabalho, que teve como lema “Construindo um futuro com trabalho decente”. Essa visão humanista esteve na base da fundação da OIT, como estabelece o Tratado de Versalhes, ao afirmar que “o trabalho humano não pode ser considerado como uma simples mercadoria”, como era entendido pelo liberalismo clássico. Em consequência, os Estados deveriam “assegurar condições de trabalho equitativas e humanitárias para o homem, a mulher e a criança em seus próprios territórios e nos países a que estendam suas relações de comércio e indústria”.

Com esse objetivo, o tratado menciona: “Serão estabelecidas as organizações internacionais necessárias”. Duas outras preocupações estavam na gênese da criação da OIT, de acordo com a sua constituição: a ideia de que “a paz universal e duradoura só pode ser estabelecida se for baseada em justiça social” e o princípio da justa concorrência, pois “o fracasso de qualquer nação em adotar condições humanas de trabalho é um obstáculo no caminho das outras”.

Embora a questão social fosse candente desde os primórdios da Revolução Industrial, período caracterizado pelo trabalho infantil, salários irrisórios, jornadas de 12 horas diárias ou mais em condições insalubres, foram isoladas – durante todo o século 19 – as vozes de reformadores como Robert Owen e Daniel Legrand, pioneiros defensores da instituição de um Direito Internacional do Trabalho.

Igualmente ignorado fora o apelo do Papa Leão XIII em sua encíclica *De Rerum Novarum*, de 1891, sugerindo a adoção, pelos povos, dos princípios da justiça social. Assim, no alvorecer do século 20, os trabalhadores famintos não se restringiam mais a greves econômicas, reprimidas pelas polícias: partiam, agora abertamente, para a revolução social, como no México em 1910 e na Rússia, em 1917.

UMA DAS 15 AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS QUE ATUAM EM ÁREAS ESPECÍFICAS, A OIT DIFERE DAS DEMAIS, POR SER ANTERIOR À PRÓPRIA ONU E APRESENTAR UM SISTEMA PECULIAR DE ORGANIZAÇÃO TRIPARTITE

MARCO CIVILIZATÓRIO

Ao fim da Primeira Guerra Mundial, países derrotados, como Alemanha e Hungria, estavam em plena convulsão social. Até no Brasil, participante de última hora no lado vencedor, houvera uma greve geral em São Paulo e uma tentativa de implantação do regime soviético comandada por anarquistas, no Rio de Janeiro. Mas o máximo de legislação protetiva que se havia conseguido até então eram limites para o trabalho feminino noturno e a proibição de fósforo branco na indústria de pavios.

“A criação da OIT constitui um marco civilizatório: a partir de 1919, os valores do trabalho ganham dimensão supranacional e seus postulados incluem o reconhecimento da necessidade de liberdade de organização e atuação das classes trabalhadoras. Nesse momento histórico, sedimentou-se a admissão do sindicato como ator legítimo no mundo do trabalho, bem como uma série de direitos básicos do trabalhador. Para a OIT, o sindicato livre é elemento de fundamental importância para o próprio capitalismo”, explica o doutor em Direito do Trabalho pela Universidade de São Paulo (USP) Sandor Rezende.

A internacionalização das normas sociais de proteção ao trabalho, estabelecida pela OIT, previa a observância dos compromissos assumidos e consagrava o Direito do Trabalho como um novo ramo da ciência jurídica. Ao estabelecer regras gerais entre capital e trabalho, buscava

pacificar as tensões nas relações de produção de acordo com uma fórmula gravada em latim na pedra fundamental da sede da entidade, às margens do Lago Léman: “Si vis pacem, cole iusticiam”, ou seja, “se deseja paz, cultive justiça”.

Para obtenção da almejada paz e justiça social, três chaves foram simbolicamente colocadas nos portões da sede da OIT em Genebra durante sua inauguração, em 1926. “Quando essas três chaves se juntam, quando governos, empregadores e trabalhadores conseguem se unir, portas se abrem e a justiça social avança”, afirma o diretor-geral da OIT, Guy Rider.

Para que isso ocorra, a OIT opera por meio de convenções, protocolos, recomendações, resoluções e declarações, discutidas e adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho, uma assembleia geral que constitui o órgão máximo de decisão da entidade. De todos esses instrumentos, o mais efetivo é a convenção, pois representa um tratado internacional multilateral submetido a cada Estado-membro para ratificação. Quando ratificadas, as convenções passam a integrar a legislação nacional dos Estados-membros, e sua aplicação é verificada por uma comissão de peritos da OIT, que recebe e avalia queixas.

Ao longo de cem anos, foram adotadas por deliberações tripartites 189 convenções internacionais e 205 recomendações sobre temas

BRASIL NÃO RATIFICOU CONVENÇÃO 87

Entre as convenções consideradas fundamentais, apenas a de número 87, sobre liberdade sindical e proteção do direito de organização, ainda não foi ratificada pelo Brasil, porque colide com o regime de “unicidade” sindical adotado por aqui. Isso porque a Constituição de 88 veda a criação de mais de uma organização sindical da mesma categoria profissional ou econômica na mesma base territorial.

Desde 1950, a OIT possui uma representação brasileira sediada em Brasília. Em 2018, uma polêmica colocou o País na lista de violação de direitos da entidade, ao lado de duas dezenas de nações. A inclusão se deu porque a OIT considerou que a Reforma Trabalhista aprovada em 2017 fere direitos definidos na Convenção 98 (já ratificada), que garante “proteção adequada contra quaisquer atos atentatórios à liberdade sindical”.

como emprego, proteção social, recursos humanos, liberdade sindical e saúde e segurança no trabalho. Na primeira Conferência Internacional do Trabalho, realizada em 1919, a OIT adotou seis convenções, das quais a primeira delas respondia a uma das principais reivindicações do movimento sindical e operário do fim do século 19 e começo do 20: a limitação da jornada de trabalho a 8 horas diárias e 48 horas semanais, o que correspondeu a uma das mais importantes conquistas dos trabalhadores como garantia de dignidade da pessoa humana.

A mais recente convenção, aprovada na conferência deste ano, trata da eliminação da violência e do assédio no mundo laboral, que entrará em vigor 12 meses depois que pelo menos dois Estados-membros a tenham ratificado.

CONVENÇÕES FUNDAMENTAIS

De todas as convenções adotadas até hoje, oito são consideradas estratégicas, por assegurar liberdade sindical e tratar das eliminações do trabalho infantil, do trabalho forçado e da discriminação, temas que integram a Declaração de Princípios Fundamentais e Direitos no Trabalho, difundida pela OIT em 1998. São elas: Convenção 182, sobre as Piores Formas de Trabalho das Crianças (1999); Convenção 138, sobre a Idade Mínima (1973); Convenção 111, sobre Discriminação no Emprego e Profissão (1958); Convenção 105, sobre a Abolição do Trabalho Forçado (1957); Convenção 100, sobre Igualdade de Remuneração (1951); Convenção 98, sobre o Direito de Organização e Negociação Coletiva (1949); Convenção 87, sobre Liberdade Sindical e Proteção do Direito Sindical (1948) e Convenção 29, sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório (1930). Entre essas, o Brasil não ratificou apenas a Convenção 87 [veja box].

Nas duas primeiras décadas de atuação – que coincidem com a Grande Depressão e o desemprego massivo –, a OIT conviveu com a estagnação das rendas per capita em todo o mundo. Mas nas três décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, participou ativamente da “época de ouro do capitalismo” (definição do historiador Eric Hobsbawm), quando os níveis de vida nas economias avançadas e em muitos países em desenvolvimento melhoraram.

Em 1944, a OIT foi praticamente relançada por meio da Declaração de Filadélfia, que enfatiza a missão “pela melhoria das condições de

vida dos homens e pela paz universal da justiça social”. O texto antecipou e serviu de modelo para a Carta das Nações Unidas e para a Declaração Universal dos Direitos Humanos no que diz respeito aos direitos trabalhistas e sindicais. Passou a ser uma das agências especializadas da ONU em 1946, e em 1948 adotou a Convenção 87, vigorosa defesa da liberdade de associação e do direito de organização sindical.

Em 1969, ano de seu cinquentenário, recebeu o Prêmio Nobel da Paz por sua atuação entre as classes, pela promoção da justiça para os trabalhadores e pela assistência técnica a nações em desenvolvimento. Em seu discurso, o líder do Comitê do Prêmio Nobel afirmou que a OIT era “uma das raras criações institucionais das quais a raça humana podia orgulhar-se”.

Apesar desse reconhecimento, a OIT nunca dispôs de meios para sancionar um país que não respeite algumas das convenções que ratificou, podendo, no máximo, inseri-lo numa lista de violadores dos direitos trabalhistas. Por essa razão, após a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1994, a OIT propôs à OMC a introdução de uma “cláusula social” nos contratos comerciais, com o objetivo de coibir o chamado “dumping social”. Este seria praticado por países que fazem das péssimas condições de trabalho e da inexistência de sistemas de previ-



dência social uma forma de baixar os custos e aumentar a participação no mercado mundial. Eventuais violações seriam analisadas pelos mecanismos de soluções de controvérsias da OMC. A cláusula social, que não vingou, obrigaria o país exportador a ratificar e observar as oito convenções fundamentais da OIT.

Entretanto, frente às inovações tecnológicas do século 21, novos desafios chegam à agenda da OIT, tal como o debate sobre “o futuro do trabalho e o trabalho do futuro”. O centenário da OIT acentua o papel precursor da entidade na elaboração de marcos globais para balizar a chamada “Revolução Industrial 4.0”. No que se refere à digitalização das indústrias química e farmacêutica, por exemplo, a OIT sediou em 2018 as discussões entre governos, empregados e empregadores, que estabeleceram princípios e consensos para uma transição tecnológica justa, sendo devidamente observadas a igualdade de oportunidades, a saúde e a segurança dos trabalhadores e a preservação do meio ambiente.



INICIATIVAS PARA DESATAR OS NÓS TRIBUTÁRIOS

O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO SE TRANSFORMOU, AO LONGO DOS ÚLTIMOS 50 ANOS, EM UM MANICÔMIO LEGISLATIVO NO QUAL O CONSUMO E A GERAÇÃO DE EMPREGOS GERAM MAIS IMPOSTOS DO QUE OS ACÚMULOS DE RENDA E PROPRIEDADE. ISSO OCORRE PARA ABASTECER UM ESTADO INCHADO, QUE GASTA MUITO E ENTREGA POUCO À POPULAÇÃO. TAMANHO CAOS, NÃO VISTO EM PAÍSES EMERGENTES, TORNA O AMBIENTE DE NEGÓCIOS NO PAÍS EXTREMAMENTE INSEGURO E CARO.

Após a Constituição Federal (1988), a legislação tributária recebeu 390 mil alterações – segundo estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) –, que culminaram na criação de uma dezena de novos impostos e tornaram o sistema heterogêneo. Assim, Estados e municípios são independentes para tributar os contribuintes e oferecer benefícios aos setores que julgarem relevantes. Abriu-se caminho para a chamada “guerra fiscal” e a dupla tributação, em muitos casos.

A carga tributária brasileira é uma das mais elevadas do mundo, representando 33,5% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo projeções do Tesouro Nacional para 2018. Segundo o IBPT, o brasileiro trabalha cinco meses e dois dias só para pagar impostos. Em países como Coreia do Sul (26,3%), Estados Unidos (26%) e Chile (20,4%), os tributos têm menos peso.

Para simplificar o sistema, reduzir a carga tributária, aumentar a segurança jurídica, desburocratizar o ambiente de negócios e modernizar o regime tributário, a FecomercioSP elaborou oito emendas à proposta de Reforma Tributária (PEC n.º 45/19).

Entre as alterações, a Federação defende fixar teto de 25% para a carga tributária, aliviando o setor produtivo nacional. Com o mesmo intuito, quer ajuste no texto da PEC n.º 45 para colocar no singular a possibilidade de instituição do Imposto Seletivo, evitando, assim, a criação de novos tributos.

A transição de dez anos proposta pela PEC não atende aos interesses dos empresários, por isso, a Entidade reivindica prazo máximo de dois anos.

Com o objetivo de aumentar a segurança jurídica e dar tempo suficiente para que os empreendedores equacionem seus negócios para suportar a carga tributária futura, a Entidade pede que seja respeitado o princípio da anterioridade plena e não sejam mais permitidas alterações no sistema tributário por meio de medidas provisórias, que têm efeito imediato.

A exemplo de São Paulo, a FecomercioSP acredita que todos os contribuintes devem ter uma relação de transparência e confiança com os fiscais e pleiteia a instituição do Código de Defesa do Contribuinte Nacional e a criação do Programa de Conformidade Fiscal Nacional, ambos por lei complementar.

A Entidade defende que o uso da Substituição Tributária (ST) incida apenas em operações com produtos de fabricação oligopolizada (cigarros, bebidas frias, combustíveis, automóveis, pneus e cimentos), assim como foi previsto em sua concepção. Ao longo da última década, a ferramenta se tornou instrumento de arrecadação tributária, atingindo mercadorias fora desse escopo.

Para acabar com o efeito cascata na cobrança dos impostos, a Federação apoia que o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que incide sobre mercadorias ou serviços, não seja incluído na base de cálculo. Também é pedido a ampla e geral possibilidade do aproveitamento de crédito dos serviços, produtos e bens utilizados na atividade econômica empresarial, visando a mais incremento na produção e circulação de bens.

Além das emendas à PEC n.º 45/19, a FecomercioSP elencou 11 anteprojatos que dispõem alterações na Constituição Federal, e que, portanto, podem ser implementados imediatamente. São ações que simplificam e desburocratizam o sistema tributário nacional, independentemente da Reforma Tributária.



MÁRCIO OLÍVIO FERNANDES DA COSTA

Vice-presidente da FecomercioSP, presidente do Conselho de Assuntos Tributários (CAT) e do Conselho Estadual de Defesa do Contribuinte de São Paulo (Codecon-SP)

&

CONSUMO DE DROGAS NO BRASIL

texto VINICIUS PEREIRA

O consumo de substâncias nocivas é comum no Brasil. Basta olhar ao redor para ver aquele que toma cerveja todos os dias, o fumante ao lado, o viciado em psicoativos mais fortes e o cidadão que perdeu a capacidade social por causa do vício. Todos utilizam drogas que, em maior ou menor grau, atingem a construção da sociedade brasileira.

Enquanto a maioria das pessoas não vê problemas no consumo do álcool, muitos se chocam com a dependência de substâncias ilícitas, como a cocaína e o crack. O problema é que, graças a essa permissão social para certos tipos de drogas, o País registra números alarmantes no consumo dessas substâncias.

Para entender melhor o comportamento do brasileiro, o “3º Levantamento nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira”, realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), compilou dados para apresentar um mapa da utilização de substâncias, lícitas e ilícitas, e como elas vêm impactando os rumos da sociedade no Brasil.

A Fiocruz enfrentou dificuldades para publicar o levantamento, encomendado pelo Ministério da Saúde ainda em 2014, porque o resultado não agradou representantes do governo federal.

O ministro da Cidadania, Osmar Terra, chegou a contestar os resultados, que deveriam ter sido divulgados em 2017, e lançou dúvidas sobre a credibilidade da fundação. “A Fiocruz tem um papel extraordinário nas pesquisas sobre vacinas e medicamentos, mas infelizmente na área de pesquisa sobre drogas é um grupo totalmente comprometido com a liberação”, disse Terra, em entrevista à TV Globo.

O problema também se deu em decorrência do sistema utilizado pela empresa contratada. O ministro da Justiça, Sérgio Moro, afirmou em nota que “a metodologia usada na pesquisa impede a comparação dos resultados com o primeiro e o segundo levantamentos”. Também foi questionado o fato

de as perguntas terem sido feitas de maneira aberta, o que, em tese, poderia afetar as conclusões, pois muitos entrevistados podem ter vergonha de admitir o uso de drogas.

Apesar das críticas, a pesquisa acabou publicada no início de agosto deste ano, após um acordo entre o Ministério da Justiça, a Fiocruz, o Ministério da Saúde e a Advocacia-Geral da União. “A Fiocruz fez o que foi proposto”, diz a pesquisadora Carolina Coutinho, uma das coordenadoras do estudo.

Sobre a metodologia e o formato dos questionamentos, ela afirma que a pesquisa se adaptou às características do País. “No Brasil, a realidade é que grande parte da nossa população é analfabeta funcional. Além disso, algumas das substâncias sobre as quais perguntamos não são do dia a dia, então, as pessoas poderiam não conseguir preencher o questionário. Por isso, optou-se por questões abertas”, destaca a especialista da Fiocruz.

O estudo ouviu 16.273 mil pessoas, em 108 municípios do País, entre maio e dezembro de 2015, e mostra que 4,9 milhões de habitantes, entre 12 e 65 anos, utilizaram alguma substância ilícita nos últimos 12 meses anteriores à aplicação dos questionários.

Os entrevistados responderam questões sobre o uso, o abuso e a dependência de numerosas substâncias: tabaco, álcool, cocaína, maconha, crack, esteroides anabolizantes, entre outras. Além disso, também havia questões sobre violência e percepção sobre o risco do uso. “Esse levantamento abrange grande quantidade de substâncias diferentes. No País, existe um consumo de substâncias, de importância para a saúde pública, que precisa ser olhado com cuidado para que possam ser planejadas medidas de tratamento”, afirma Carolina.

Se as políticas públicas de combate ao uso de drogas, lícitas ou ilícitas, ainda estão longe de ter um norte bem definido, a pesquisa traz dados importantes que podem embasar decisões futuras e, principalmente, revelar a realidade aos brasileiros.

ÁLCOOL

Pessoas que declaram ter consumido bebida alcoólica, por idade, nos últimos 12 meses:



OUTRAS DROGAS

Quem já consumiu maconha, haxixe ou skank



OS PERIGOS DO ÁLCOOL

Em 1993, o grupo de rap Racionais MC's lançava a música que, mesmo 26 anos depois, ainda é atual. Em "Homem na estrada", o grupo citava: "Os ricos fazem campanha contra as drogas/E falam sobre o poder destrutivo dela/Por outro lado promovem e ganham muito dinheiro/Com o álcool que é vendido na favela".

O consumo do álcool ainda é o maior problema da sociedade brasileira quando se trata de drogas, segundo especialistas ouvidos pela **PB**. "Quando você fala sobre o quanto uma doença pesa em uma sociedade como um todo, o impacto das drogas ilícitas, quando comparado ao álcool, é nulo. O álcool é grande causador de problemas", ressalta Clarice Madruga, psicóloga da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (Uniad) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). "Não é por quem abusa da bebida, mas é o comportamento de embriaguez do moderado. Ele tem um efeito em cadeia, como violências doméstica e urbana, hepatite e problemas renais, acidentes de trânsito e lesões acidentais", conta ela.

Dados do levantamento da Fiocruz mostram que aproximadamente 46 milhões de pessoas informaram ter consumido pelo menos uma dose nos últimos 30 dias. E em torno de 2,3 milhões apresentaram critérios para dependência de álcool nos 12 meses anteriores à pesquisa.

No ano anterior à pesquisa, aproximadamente 14% dos homens brasileiros dirigiram após consumir bebida alcoólica. No mesmo período, cerca de 4,4 milhões de pessoas reportaram ter discutido com alguém sob efeito de álcool. Destes, 2,9 milhões eram homens, e 1,5 milhão, mulheres. "Existe uma dimensão farmacológica: o álcool tem um efeito inibidor seletivo (a depender da dose ingerida) sobre circuitos neuronais associados à função de 'censura' e 'autocontrole'. Portanto, atua anulando a inibição, o que favorece a emergência de comportamentos habitualmente suprimidos, entre eles, a violência", dizem os coordenadores do estudo, em nota.

Não à toa, em torno de 1,3% da população brasileira de 12 a 65 anos refere ter se machucado sob efeito de álcool, e 0,15%, sob efeito de drogas nos 12 meses anteriores à coleta.

INICIAÇÃO

O primeiro gole de bebida alcóolica acontece de maneira prematura. Dos aproximadamente 101 milhões de indivíduos que já utilizaram bebida alcoólica ao menos uma vez na vida, a média de idade do primeiro consumo foi 15,7 anos para os homens e 17 anos para as mulheres. "Temos 1 milhão de pessoas, que nem deveriam ter acesso a bebida, consumindo nesse padrão bem problemático", diz Carolina Coutinho.

A iniciação prematura é resultado de uma indústria que se molda para atrair cada vez mais consumidores. Cervejas e bebidas doces, vendidas sem nenhuma restrição, são os chamarizes para esse público. "Essa cerveja feita para jovens é proibida na Austrália e na Inglaterra, por exemplo, pois é doce e feita justamente para 'pegar' quem ainda não gosta da bebida tradicional", afirma Clarice Madruga, da Unifesp.

A forma de consumo também traz complicações para outras áreas. Um ponto de alerta é o *binge* – que consiste em ingerir

uma quantidade muito grande de álcool em um curto período de tempo (quatro doses para mulheres e cinco para homens em cerca de duas horas) –, que também vem subindo. É beber para ficar bêbado e rápido.

"Essa forma de consumo está fortemente relacionada a episódios como relações sexuais sem uso de preservativo, expondo essas pessoas a contrair Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Há grande alta no número de sífilis, por exemplo, pois são questões de comportamento, que expõe a maior risco", diz Carolina Coutinho, pesquisadora da Fiocruz.

A taxa de detecção da sífilis (infecção provocada por bactéria e transmitida sexualmente ou durante a gestação) passou de 44,1/100 mil habitantes em 2016 para 58,1 casos para cada 100 mil habitantes em 2017 – último dado disponível publicado pelo Ministério da Saúde.

"Tivemos aproximadamente 16% da população brasileira admitindo consumo de álcool em *binge*, que é um índice bastante alto: 25 milhões de habitantes, então, é muita gente", analisa ela.

SOLUÇÕES?

O País precisa combater o consumo de álcool. O consenso entre os especialistas é que o Brasil necessita de uma campanha semelhante à realizada em relação ao tabaco – que passou a ser considerado um inimigo da saúde pública brasileira e, assim, sofreu aumento da tributação incidente, redução dos pontos de vendas, proibição de campanhas publicitárias e alertas sobre os perigos do produto.

Apesar da alta das demais drogas, o uso do tabaco diminuiu, mesmo que em torno de um terço (33,5%) dos brasileiros tenha declarado ter fumado cigarro industrializado pelo menos uma vez na vida. "Pesquisas têm mostrado que há um declínio com relação ao uso do cigarro convencional", aponta, em nota, o coordenador do levantamento, Francisco Inácio Bastos.

O problema é que, para o álcool, poucas medidas como as do tabaco vêm sendo tomadas. "Não temos absolutamente nenhuma restrição de pontos de venda, como padaria, etc. Somos famosos internacionalmente por uma ótima política de tabaco e nenhuma para venda de álcool. Não temos restrição de propaganda, eventos, entre outros", afirma Clarice Madruga.

Talvez por isso, apesar do perigo do álcool, a imagem dessa droga perante a sociedade ainda não reflete suas reais implicações. Segundo a

“QUANDO VOCÊ FALA SOBRE O QUANTO UMA DOENÇA PESA EM UMA SOCIEDADE COMO UM TODO, O IMPACTO DAS DROGAS ILÍCITAS, QUANDO COMPARADO AO ÁLCOOL, É NULO. O ÁLCOOL É GRANDE CAUSADOR DE PROBLEMAS.”

CLARICE MADRUGA, psicóloga da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

pesquisa, a percepção do brasileiro em relação ao crack é de ser mais perigoso do que o álcool: 44,5% acham que o primeiro é a droga associada ao maior número de mortes no País, enquanto apenas 26,7% colocariam o álcool na primeira colocação.

"O desastre social é o álcool. O crack é 1% da população [*que utiliza*], é um desastre individual. Mas isso, em termos de impacto da sociedade, é pequeno. A imagem da Cracolândia choca, porém, em termos de impactos para o social não é tão ruim quanto o álcool", ressalta Clarice.

Para ela, apenas políticas públicas de qualidade podem mudar tal imagem e fazer com que o consumo diminua, mas enquanto o álcool for fortemente impulsionado no País, as demais substâncias continuarão a crescer.

MACONHA E COCAÍNA

Entre as substâncias ilícitas mais consumidas, a maconha é a líder em consumo dos brasileiros. De acordo com a pesquisa, 7,7% dos entrevistados usaram a droga ao menos uma vez na vida. Em segundo lugar, aparece a cocaína (em pó), que 3,1% já consumiram.

A mais consumida das drogas ilícitas é vista como perigosa por muitos, apesar do clichê de que

nada provoca, principalmente entre os jovens. Apenas 4% dos entrevistados de 18 a 24 anos não consideram haver risco para a saúde no uso da maconha uma ou duas vezes por semana. Isso não inclui medicamentos à base dos princípios ativos da planta, que não são utilizados da mesma forma, para os mesmos fins, e têm uso restrito.

O uso de cocaína também assusta. Aproximadamente de 3,1% da população já fizeram uso da cocaína alguma vez na vida, de acordo com os dados da pesquisa. O número é alto, principalmente dado o entendimento do grande risco da substância para o organismo: mais de 90% dos entrevistados afirmaram conhecer a existência de risco grave associado ao uso semanal de cocaína.

Outro ponto é o uso de medicamentos sem prescrição, como esteróides, pelos brasileiros: 0,6% dos entrevistados utilizou analgésicos e tranquilizantes sem a recomendação médica. "É um número que revela um padrão muito preocupante e que faz lembrar o problema norte-americano de uma década atrás", afirma, em nota, Bastos.

&



IMÓVEIS INTERNACIONAIS

Compra e venda de imóveis para você viver, investir ou se divertir.



 **Miami - EUA**
Imóveis a partir de 175 mil dólares



 **Veneza - Itália**
Apartamentos em um monastério a partir de 240 mil euros



 **Nova Iorque - EUA**
A partir de 495 mil dólares



 **Porto - Portugal**
Matosinhos a partir de 99 mil euros



 **Riviera de São Lourenço - Brasil**
Maravilhosas casas e apartamentos a partir de R\$520.000,00



 **Orlando - EUA**
A partir de 165 mil dólares

BRASIL

ALPHAVILLE
SÃO PAULO
RIO DE JANEIRO
BELO HORIZONTE
RIVIERA DE SÃO LOURENÇO

ESTADOS UNIDOS

NOVA IORQUE
MIAMI
ORLANDO
LOS ANGELES
TEXAS

ITÁLIA

VENEZA
TOSCANA
UMBRIA
LAGO DI COMO
LAGO DI GARDA
VERONA

OUTROS

MÔNACO
SUL DA FRANÇA
PORTUGAL
SUÍÇA

 /cm.realestate

 /castanomartorani

www.castanomartorani.com

ARTIGO

Nós reservamos o direito de corrigir eventuais erros de digitação, preço e descrição. CRECI 17382

T

O ERRO É UMA EXCELENTE FONTE DE APRENDIZADO

“Todos os homens, enquanto crianças, têm, por natureza, desejo de conhecer.” Relembrando um trecho de *Metafísica*, de Aristóteles, começo fazendo uma pergunta: o que é que as crianças querem aprender? Estamos saindo da segunda década do século 21, mas ainda temos sinais claros de que ainda ensinamos, aprendemos, pensamos e questionamos como na era industrial. Ainda levamos alunos para as escolas para aprender o que não querem aprender. Ainda repetimos as mesmas estratégias de ensino das quais nossos avós e pais se utilizaram. E isso já é um tanto quanto óbvio, não?!

Certamente vivemos uma mudança de era. Deixamos a agrícola, há séculos, entramos na industrial, mas já estamos convivendo com a digital há algumas décadas. Daí, então, ser necessário entender a seguinte reflexão trazida por Alvin Tofler: “O analfabeto do século 21 não é aquele que não saberá ler ou escrever, mas aquele que não saberá aprender a desaprender para reaprender”. Você está pronto para ensinar e aprender se utilizando dessa máxima?

Da minha experiência de professor, descobri muitas lições. A maior delas: o erro é uma excelente fonte de aprendizado. Sou um defensor da teoria da mentalidade de crescimento da professora de psicologia da Stanford University, Carol Dweck. Dessa mentalidade defendida por ela, conseguimos ouvir frases dos alunos como “Se eu erro, quero tentar de novo” ou “Ouvir como outras pessoas fizeram algo me ajuda a conseguir também”. O grave problema nisso é como modificar uma cultura do elogio a qualquer custo que nasce dentro de casa com pais e mães

torcendo sempre por seus filhos serem exemplos máximos de brilhantismo? Brilho esse fruto de notas perfeitas e exames gabaritados. Penso que, dessa forma, estamos envenenando mentes e transformando pessoas em máquinas de produzir quadros, diplomas e carreiras a serem expostos à espera dos aplausos (só mais um sinal da fatídica sociedade do espetáculo). O meu argumento para essa forma de enxergar o aprendizado – mentalidade do crescimento – é trazer um fator de motivação para os alunos se esforçarem mais, implementarem novas estratégias, repensarem a forma como estão fazendo as coisas.

Entretanto, acredito (e muito) que o futuro será bem melhor do que imaginamos. Desenvolvi uma metodologia de ensino a jovens e adultos no ambiente virtual baseado em quatro pilares – autonomia, criatividade, colaboração e confiança. E vou além: ensino pessoas a serem empreendedoras de suas próprias vidas, mudo a forma como enxergam suas habilidades. Afinal, empreender remete a desenvolver um negócio. Minha grande missão é mostrar que o negócio deve ser o de intraempreender. É quando o indivíduo tem consciência do seu empoderamento e assume com autonomia o rumo da vida. Ao longo da minha jornada empreendedora, passei a defender que devemos transformar alunos em verdadeiros estudantes. E isso significa que aluno é o passageiro de um ônibus, passivo, sentado, parado. Estudante é aquele que dirige o veículo, tem total noção de tudo que ocorre à sua frente. Estudante é quem sabe a diferença entre empenho e desempenho, na prática. Sabe a diferença entre uma vontade, uma ideia e um projeto.

Diante disso, deixo aqui uma proposta de releitura da nossa metodologia aplicada nas escolas hoje: não seria o momento de investirmos mais no valor das perguntas? Em um mundo onde as respostas estão na ponta dos nossos dedos, precisamos repensar o valor dos questionamentos. E perguntando, erra-se. E errando, aprende-se.



EDUARDO VALLADARES

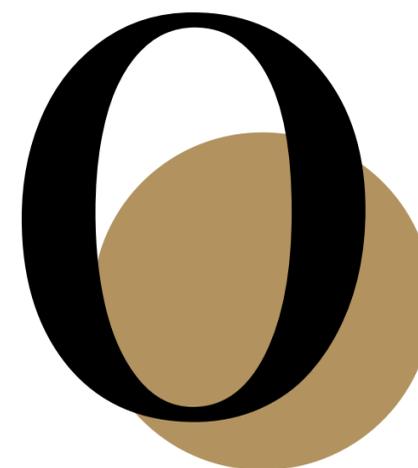
é designer de aprendizagem, palestrante internacional e professor há 20 anos

&



AFONSO RIBEIRO FUNDADOR MÍTICO DO BRASIL

texto JORGE CALDEIRA



O ponto zero da história do País é um encontro assim narrado na carta de Pero Vaz de Caminha:

“Mandou o capitão [Pedro Álvares Cabral] um mancebo degredado, criado de d. João Telo, a que chamam Afonso Ribeiro para andar lá com eles e saber de suas maneiras”.

Afonso Ribeiro embarcou e foi para a terra. Viu e contou. Pero Vaz de Caminha foi mandado numa incursão para fazer o mesmo. O que mais chamou sua atenção foi narrado em seu estilo descritivo e pouco empolado:

“Andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha”.

A nudez olhada com julgamento crítico sobre o pecado – sem que as observadas perdessem o ar inocente – foi o ponto central de inquérito e debate na frota. E do debate veio uma sentença do capitão que traçaria o destino de Afonso Ribeiro:

“Melhor informação da terra dariam dois homens desses degredados que aqui deixamos”.

Afonso Ribeiro e um degredado não nomeado ficaram em terra por ordem superior. Dois outros grumetes [*juvens aprendizes que faziam tarefas diversas nas embarcações*], depois de pesarem entre as misérias da vida a bordo e as belezas da terra, atiraram-se ao mar por decisão própria e, também, ficaram.

Assim começou o que por muito tempo foi o tema central de uma vivência que daria para mim o sentido para pensar um objeto chamado “Brasil” – e Afonso Ribeiro é o personagem que funcionava como fundador mítico da vivência nesse objeto.

Sua trajetória é a do viajante para quem o caminho leva a um novo destino – e o homem que cruza o ponto de transposição de um destino para outro pode ser entendido com base na ligação do verbo “emprender” com o substantivo “Brasil”. Sendo história, vale a pena partir do sentido primordial do verbo, diverso do atual. Na edição de 1813 do *Dicionário da língua portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva, o sentido de “emprender” [*grafia da época*] é esse: “determinar-se a fazer alguma ação laboriosa, e difícil; v.g. emprender a conquista, o descobrimento, a guerra da Ásia, uma jornada; emprender qualquer justo perigo; expor-se”.

Afonso Ribeiro tem a ver com a definição de agente de conquista: na terra existia um povo pronto para ser tomado pela empreitada da fé. Para dar início à obra dessa empresa estatal, Cabral ordenou a jornada na terra aos dois degredados. Eles foram obrigados a desembarcar e deixados para sobreviver às próprias custas no local, contra sua vontade.

Mas existe também outro empreendimento sendo narrado. Esse não depende da pressão da autoridade nem se encaixa em grandes planos de Estado. Pelo contrário, o sentido da ação é dado por decisões individuais no sentido inverso da obediência aos desígnios do alto: fugir do coletivo, escapar da autoridade. Contrariando a ordem representada pelo capitão, dois grumetes se arrojaram em terra por sua conta.

Remar para terra era empreender em outro sentido, o de “determinar-se a realizar uma tarefa”. No caso, cortar as amarras com a vida pregressa, abandonar tradição, autoridade e religião, buscar um novo caminho não previsto para a vida – atirando-se ao chamado de um povo desconhecido, mas atraente em sua nudez.

Esse último impulso de mudança, a aceitação de uma tarefa própria na vida, tornou-se uma marca definitiva na vida dos grumetes – e de todos que seguiram o mesmo chamado. Está por trás de cada ato posterior de mesma natureza de pessoas que se estabeleceram na terra por vontade própria. Define o Brasil como um território para onde valia a pena se mudar – e criar um destino diverso daquele dado pelas condições de nascimento. Nesse sentido de empreender, trata-se, claro, de realizar uma mudança de caráter voluntário, cujo resultado era primordialmente um ganho individual do migrante.

Já nos primeiros anos seguintes à notícia da terra, enquanto ela ganhava o nome de “Brasil” sobreposto ao nome oficial de “Terra de Santa Cruz”, atiraram-se a chamado empreendedor levas seguidas de portugueses, espanhóis, franceses e holandeses. Deixaram para trás o mundo feudal com sua ordem tradicional, para ter uma vida cujo sentido era dado por uma jornada em busca do novo, uma vida construída pelas próprias capacidades.

E todos, voluntários ou mandados, viveram inicialmente em torno do julgamento marcado no olhar de Caminha: a nova terra seria o lugar das pessoas que atraem pela nudez e a inocência ou o lugar que precisa ser reduzido pela conquista?

E TODOS, VOLUNTÁRIOS OU MANDADOS, VIVERAM INICIALMENTE EM TORNO DO JULGAMENTO MARCADO NO OLHAR DE CAMINHA: A NOVA TERRA SERIA O LUGAR DAS PESSOAS QUE ATRAEM PELA NUDEZ E A INOCÊNCIA OU O LUGAR QUE PRECISA SER REDUZIDO PELA CONQUISTA?

A maioria tinha ambição por dinheiro – mas uns poucos também empreendiam uma jornada espiritual de outros moldes. Para aqueles que se deliciam com boa História, existe o clássico de Sergio Buarque de Holanda, intitulado *Visão do paraíso*. Sem tirar o gosto da maravilhosa leitura, alguns trechos do livro mostram que os nativos da América provocaram evocações positivas em muitos viajantes, a começar por Cristóvão Colombo:

“Colombo não estava tão longe de certas concepções correntes durante a Idade Média acerca da realidade física do Éden que descrese em sua existência em algum lugar do globo. E nada o desprendia da ideia, verdadeiramente obsessiva em seus escritos, de que precisamente as novas Índias, para onde o guiara a mão da Providência, se situava na orla do Paraíso Terreal”.



A fonte que assegurava a possibilidade era a própria Bíblia:

“O ponto de partida encontra-se no Gênesis, onde se narra como o Senhor Deus, tendo criado o homem (...) plantou para sua habitação um horto ‘da banda do Oriente’. Ali espalhou plantas agradáveis à vista e boas para a comida; no meio destas achava-se a árvore da vida, cujos frutos dariam vida eterna, e a da ciência da vida e do mal, única expressamente defesa ao homem, sob pena de morte. Do mesmo horto saíria um rio, que se dividiria, ao deixá-lo, em quatro cabeças”.

O livro de Sergio Buarque narra em detalhes como foram necessárias centenas de tentativas para chegar lá em mais de dois séculos. Apenas para ficar numa delas, Antônio León Pinello publicou, em 1650, a descrição de um círculo de 160 léguas (aproximadamente mil quilômetros) de diâmetro, com formato de coração, e que seria o Paraíso. Prova disso seria um lago (hoje conhecido como Pantanal), do qual nasceriam os quatro rios bíblicos: Fison (o Prata), Gion (o Amazonas), Madalena (associado ao Tigre) e Orenoco (que seria o Eufrates).

Por muito tempo acreditei que o dilema entre a inocência da nudez (ou a busca do paraíso) e a conquista violenta fossem o alfa e o ômega da vida brasileira. Durou até 2015, quando a grande escritora Beatriz Bracher me enviou o texto do romance *Anatomia do paraíso*. Foi um choque.

O romance entre um estudioso de *Paraíso perdido*, de John Milton, e uma anatomista-legista se passa no Rio de Janeiro contemporâneo. Só essa situação mostra, pelo registro do inesperado, que sempre se deve estar aberto a novidades para entender o Brasil. Uma alternativa histórica me escapara: a vertente da negação teológica da possibilidade do paraíso terrestre.

O próprio enredo do romance me levou à leitura do poema de Milton, publicado em 1667, já no fim do período de pesquisa da hipótese terrestre na América. Traz uma forte revalorização do pecado original como centro da condição humana – uma ruptura completa com a possibilidade de que a natureza e a vida espiritual humana formassem um contínuo (ainda que problemático) expresso pelo paraíso terrestre.

De Milton, resolvi ler antes a obra de João Calvino. Bastou o título de um dos capítulos de *A instituição da religião cristã* para me mostrar o tamanho da ruptura com a busca espiritual dos primeiros brasileiros: “Que todo o gênero humano esteja sujeito à maldição e decaído desde os primórdios de sua origem pela queda e expulsão de Adão”. Nele é feita uma associação ao pecado original na qual a possibilidade da inocência paradisiaca na Terra desaparece:

“Dado que, em vista de sua culpa, afluira de baixo ao alto e de alto a baixo a maldição que grassa por todos os recantos do mundo, não seria estranho que fosse propagada por toda sua descendência”.

Essa maldição central não se limita ao humano, mas se estende bem além dele:

“Tal é a corrupção hereditária, que os antigos chamam de ‘pecado original’, entendendo pela palavra ‘pecado’ a depravação da natureza, até então pura e boa”.

Aqui, no lugar do conflito entre natureza e espírito, homem e paraíso, existe uma ruptura absoluta, uma distância intransponível: a natureza não é, nunca, o lugar da inocência, mas exclusivamente da depravação. Assim, a pergunta original que sempre me fiz – Afonso Ribeiro estava atrás do paraíso ou da conquista? – como aquela que daria sentido para a vida nesse espaço tropical ganha outra forma em tempos de queimadas. Que Afonso Ribeiro me ajude a respondê-la.

&

AMAZÔNIA

EM RISCO

CARLOS NOBRE, climatologista e engenheiro eletrônico, pesquisa a Amazônia há 30 anos e analisa o risco de os desmatamentos levarem à savanização da região. Pesquisador sênior do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), defende a “terceira via amazônica”, baseada no desenvolvimento sustentável.



Foto: Jorge Araújo/Folhapress

entrevista **MARCUS LOPES**

Em junho deste ano, o desmatamento na Amazônia foi 88% superior ao praticado no mesmo período do ano passado. O que levou a esse agravamento e como isso prejudica o País?

A tendência de alta vem sendo observada desde 2015. Cresceu mais em 2018 e, em 2019, deve repetir a tendência de alta com taxas ainda maiores. Uma das razões é a diminuição do número das ações de fiscalização por parte dos órgãos dos governos estaduais e federal para coibir o desmatamento ilegal na região, que historicamente corresponde a um índice de 70% a 80% do total de área desmatada. A redução da fiscalização faz aumentar o sentimento de impunidade para quem comete o crime ambiental. Além disso, o novo governo federal vem passando a mensagem de que “liberou geral”, até mesmo com o presidente da República se autoproclamando “capitão motosserra”; ainda que o marco legal continue o mesmo, apesar das tentativas constantes de modificá-lo no Congresso.

Os vários indicadores, com base em sistemas de monitoramento por satélites dos desmatamentos, mostram uma significativa tendência de alta nos últimos 12 meses. Os sistemas Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), e o SAD do Imazon, indicam uma tendência de aumento, principalmente nos últimos meses, em especial em julho de 2019. Em poucos meses, o sistema Prodes, do Inpe, poderá confirmar a taxa de aumento da área desmatada com precisão muito maior.

Há o perigo de chegarmos ao chamado “ponto de não retorno”, em que a biodiversidade da Floresta Amazônica estaria comprometida de maneira definitiva? Quando a floresta perderia a capacidade de regeneração?

Estudos científicos apontam que o “ponto de não retorno” ocorre quando o desmatamento da floresta ultrapassar 20% a 25% do total de área de floresta da bacia amazônica. Hoje,

esse número está entre 15% e 17%. Quando isso acontecer, provavelmente entre 50% e 70% da floresta, principalmente no sul e no leste da Amazônia, pode se transformar em uma savana tropical degradada. A razão principal seria o aumento da duração da estação seca, típica do Cerrado. Essa transformação seria irreversível na escala de séculos, pois o novo bioma estaria em equilíbrio com o novo clima, um pouco mais seco, mas com uma estação seca bem mais longa.

Quais seriam as consequências desse processo de destruição irreversível da Amazônia para o meio ambiente do País e do planeta?

Haveria uma perda considerável de biodiversidade para o planeta, considerando que a Amazônia é a floresta mais rica em espécies. Quanto aos riscos da crise climática, essa savanização de mais de 50% da Floresta Amazônica significaria uma emissão de mais de 150 bilhões de toneladas de gás carbônico para a atmosfera, tornando muito mais difícil atingir o objetivo do Acordo de Paris de manter o aumento de temperatura abaixo de dois graus Celsius.

É possível conciliar o desenvolvimento econômico do Brasil, em especial no setor do agronegócio, com a preservação da Amazônia?

É necessário um novo modo de agricultura, em que se busque o aumento da produtividade. Nas últimas décadas, cerca de 80% do aumento da produção de *commodities* agrícolas, como carne e soja ocorrem em decorrência da expansão da área cultivada, e somente 20% vêm do aumento da produtividade. Há um enorme espaço para aumentar a oferta e atender à crescente demanda por alimentos sem expandir o desmatamento na Amazônia e no Cerrado. Mas é necessário haver uma mudança cultural de setores atrasados da agropecuária, que valorizam mais a posse de terra do que a produtividade. Também é necessário atuar fortemente contra o desmatamento ilegal e o crime organizado na região da Amazônia.

O senhor diz que é possível aproveitar o potencial econômico da Amazônia com tecnologia e desenvolvimento. Como se dão essa exploração e esse empreendedorismo sustentável na região?

O exemplo do açaí mostra um caminho claro. Produzido pela floresta e também em sistemas agroflorestais, esse simbólico produto da biodiversidade da Floresta Amazônica já agrega mais de US\$ 1 bilhão por ano à economia local. A cultura do açaí também melhorou a qualidade de vida de mais de 300 mil produtores. Entretanto, a maior parte da agregação

de valor à cadeia produtiva do açaí acontece fora da Amazônia, principalmente nos Estados Unidos. O maior potencial da Amazônia está ainda bastante escondido em sua imensa biodiversidade. Precisamos desenvolver uma nova bioeconomia de floresta em pé, com uso de modernas tecnologias para aproveitamento sustentável da biodiversidade.

A Alemanha anunciou recentemente a suspensão de verbas destinadas a projetos de proteção à Amazônia, em resposta ao avanço do desmatamento da floresta. Outros países europeus também demonstram preocupação com a questão ambiental no Brasil. Como o governo federal deve agir para reverter esse quadro negativo no exterior?

As ações da Noruega e da Alemanha foram no sentido de contrapor um discurso pró-desmatamento. A Floresta Amazônica pode significar um enorme ativo econômico em função dos serviços ecossistêmicos, como manutenção de quase 100 bilhões de toneladas de carbono na biomassa. Os governos estaduais e federal deveriam unir forças para conseguir que os vários serviços ecossistêmicos da Amazônia sejam mais valorizados. Por exemplo, o preço do carbono no mercado internacional desse serviço ecossistêmico ainda é baixo, menos de US\$ 5 por tonelada de gás carbônico. Se atingir, digamos, mais de US\$ 30 por tonelada, algo que pode se tornar factível em alguns anos, o papel da floresta seria adequadamente recompensado, inclusive podendo financiar em parte uma nova bioeconomia, baseada na biodiversidade.

O que deve ser feito, a partir de agora, pelo governo e pela sociedade brasileira para que seja revertido o quadro de degradação da Amazônia? É possível traçar um cenário otimista para o futuro?

Em todas as pesquisas de opinião realizadas nos últimos 20 anos, 90% ou mais dos brasileiros são contra o desmatamento da Amazônia. Em democracias avançadas, essa vontade popular maciça deveria orientar as políticas públicas. Até mesmo o setor do agronegócio brasileiro mais moderno é contra o aumento do desmatamento da Amazônia. Do lado da sociedade, a mais efetiva maneira de combater o desmatamento seria por meio do consumo responsável, não comprando qualquer produto sem o certificado de que este não provém de áreas desmatadas ilegalmente. Do lado dos governos, há que se retomar ações enérgicas de fiscalização para eliminar o desmatamento ilegal e, ao mesmo tempo, criar políticas que induzam a uma rápida “bioindustrialização” da Amazônia, baseadas em conhecimentos científicos e tradicionais e que mantenham a floresta em pé.

MAIS OU MENOS MÉDICOS

texto LÚCIA HELENA DE CAMARGO



N

Na cidade de São Paulo há uma média de 4,98 médicos para cada mil moradores, enquanto no interior dos Estados da Região Norte, a razão é de 0,47. Dez vezes menos. Na prática, um médico é responsável por atender 200 pessoas na capital paulista, ao passo que em uma cidade do interior do Amazonas, por exemplo, são 2 mil pacientes a depender de um único profissional. Os números constam da pesquisa “Demografia médica 2018”, realizada pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), com base em dados da Associação Médica Brasileira (AMB), da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério da Educação (MEC). A média considerada razoável pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é 2,5 médicos por mil habitantes. O programa Médicos pelo Brasil, lançado no mês de agosto pelo Ministério da Saúde, tem como objetivo o combate à discrepância e a ampliação de 7 mil vagas nas áreas consideradas “rurais ou remotas”.

Segundo o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, o programa, que prevê 18 mil vagas no total, “vai levar médicos para cidades de difícil provimento, por serem municípios menores e longe dos centros urbanos, e localidades vulneráveis, definidas assim por terem números elevados de pessoas que recebem benefícios sociais, como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e benefício do INSS de até dois salários mínimos”.

A identificação dos locais com os maiores “vazios assistenciais” foi feita, de acordo com o ministro, baseada em cruzamento de dados do IBGE com indicadores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), levando em consideração população, densidade demográfica e distância dos grandes centros urbanos. “Nesse contexto, os municípios foram divididos em cinco categorias, e o nosso foco principal será justamente naqueles menos estruturados. Dessa forma, esperamos corrigir distorções”, explica Mandetta.

Para atrair os profissionais, o governo pagará salários que somam R\$ 21 mil mensais, já no primeiro ano de atuação, se a base for em distritos sanitários indígenas e localidades ribeirinhas ou fluviais. Estão previstas ainda gratificações por desempenho e tempo de serviço, com o valor da remuneração podendo chegar a R\$ 31 mil no décimo ano. A contratação será pelo sistema da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

No entanto, apenas a oferta de uma boa remuneração não será suficiente para trazer os profissionais para os locais remotos, na opinião do médico Rubens Baptista Júnior, consultor em gestão de saúde e professor no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e no curso de pós-graduação em Gestão de Serviços Hospitalares do Hospital Israelita Albert Einstein. “Quando eu era recém-formado, há quase 30 anos, cogitei ir trabalhar em locais distantes, como Amazonas e Rondônia, onde havia postos que ofereciam salários equivalentes a R\$ 15 mil por mês. Eu era pobre, muito pobre. Essa quantia era mais do que passava na minha mão em um ano inteiro. Mas não fui. Preferi fazer residência em São Paulo, recebendo menos de R\$ 3 mil. Por quê? Aqui eu sabia que iria aprender. Lá, ficaria isolado. O médico não quer só ganhar dinheiro, quer evoluir. Medicina requer prática somada a estudo constante.”

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) enxerga o aprendizado justamente como um dos gargalos do programa Médicos pelo Brasil. “São bem-vindas iniciativas que mitiguem o histórico problema da saúde no País, como a prestação de atendimento à população localizada nos rincões do território nacional”, diz o presidente da entidade, Mário Jorge Tsuchiya. “No entanto, é preciso criar estruturas para que os profissionais mantenham acesso permanente à atualização, para o pleno exercício da medicina, para prestar bom atendimento aos pacientes e para o sucesso do programa.”

A construção de uma carreira na área é outro aspecto que mobiliza os especialistas. “Seria interessante se o médico iniciante, ao ingressar no programa, tivesse a perspectiva de seguir uma carreira. Ficaria, digamos, três anos em um local remoto, com a certeza de que passaria depois para outro com mais infraestrutura e assim por diante. Embora haja um esboço dessa ideia no programa atual, as regras ainda estão muito vagas”, afirma Baptista Júnior.

O médico, que se especializou em Medicina Preventiva e Social e acaba de lançar o livro *Fundamentos da saúde: as bases para uma atenção humanizada* (Senac São Paulo, 2019), afirma que “o maior problema na medicina brasileira, hoje, é a profusão de faculdades sem um padrão mínimo de qualidade, sem hospital-escola, com muitas centenas ou, em alguns casos, até mais de mil alunos. Estamos formando médicos despreparados”, ressalta. “Ninguém é capaz de responder quantas escolas de medicina há no Brasil atualmente. Um descontrole.”

LÓGICA DO MERCADO

O diretor da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC), Daniel Knupp, também menciona a falta de previsão de um plano de carreira como uma das deficiências

do programa Médicos pelo Brasil e acrescenta que “talvez não consigamos preencher todas as vagas neste primeiro momento, e seja necessário um segundo programa, porque muitos candidatos vão escolher vagas nas cidades maiores e as menores vão continuar desassistidas”.

Knupp defende que médicos recém-graduados cumpram dois anos de residência médica obrigatória em Saúde da Família. “Em países como a Inglaterra, que dispõe de um sistema de saúde bem resolvido, 50% a 60% das vagas de residência são em medicina da família. Aqui, não passam de 10%”, aponta. “Os brasileiros focam sua formação em outras especialidades, com potencial de remuneração melhor e mais prestígio. Para ‘conquistarmos’ os profissionais, temos que aumentar a relevância da carreira em saúde da família.”

O programa Médicos pelo Brasil prevê que os profissionais façam essa especialização, mas estabelece um período obrigatório mínimo de apenas três meses para a permanência no programa. Todos concordam que ainda há, portanto, parâmetros a acertar. De todo modo, o ministro Mandetta reforça que o programa tenciona manter proximidade com o programa Saúde da Família, que soma, hoje, 43 mil equipes no território brasileiro, de acordo com estatísticas do Ministério da Saúde. “Já iniciamos um conjunto de ações para fortalecimento da atenção primária, cujos serviços são a porta de entrada no SUS e no qual as doenças mais frequentes são acompanhadas, como diabetes e hipertensão, para que não evoluam para estágios mais graves”, afirma o ministro Mandetta. De acordo com levantamento do governo, é possível resolver, nesse nível de atenção, cerca de 80% dos problemas de saúde, sem a necessidade de intervenções de emergência ou internação em hospitais.

TRÂMITES E IMPLANTAÇÃO

Lançado por intermédio da Medida Provisória (MP) n.º 890/2019, o programa Médicos pelo Brasil começou a ser discutido por uma comissão mista formada por representantes do governo, políticos, entidades de saúde, representantes de classe e Organizações Não Governamentais (ONGs). O debate, que deverá gerar remodelagens no projeto, está previsto para durar 120 dias. Ou seja, continua pelo menos até o fim de dezembro. Se tudo correr a contento, o concurso para recrutamento dos novos médicos será publicado no Diário Oficial no início de 2020. Ninguém se arrisca a indicar uma data para a efetiva implantação e o funcionamento pleno do sistema.

O senador Rogério Carvalho (PT/SE), que vem participando das discussões sobre o Médicos pelo Brasil, além da valorização da carreira em medicina de família, sugere uma ferramenta para equalizar o número de profissionais: o estabelecimento de um número-teto de médicos nos grandes centros urbanos mais visados. “Já havia proposto essa trava à época do programa Mais Médicos, mas não foi acatada. Seria uma forma de corrigir o sistema de provimento e fixação de profissionais.”

Já o presidente da comissão mista que analisa a MP do programa Médicos pelo Brasil, o deputado Ruy Carneiro (PSDB/PB),

MÉDICOS E POPULAÇÃO

No número de médicos a cada mil habitantes, o Brasil (2,2) está pouco abaixo da média, mesmo se considerarmos os países ricos, como os Estados Unidos (2,4), já que o número considerado adequado pela OMS é 2,5. A discrepância aparece quando se compara regiões e Estados. O Maranhão (0,87), por exemplo, situa-se quase ao nível do Iraque (0,7).

País	Média
Iraque	0,7
Índia	0,7
Japão	2,1
Brasil	2,2
México	2,3
Estados Unidos	2,4

Região	Média
Norte	1,16
Nordeste	1,41
Sul	2,31
Centro-Oeste	2,36
Sudeste	2,81

Estados	Média
Maranhão	0,87
Pará	0,97
Bahia	1,35
Goiás	1,97
Paraná	2,09
São Paulo	2,81
Rio de Janeiro	3,55
Distrito Federal	4,35

Fonte: “Pesquisa demografia médica brasileira”, da Faculdade de Medicina da USP (2018).



Ruy Carneiro, deputado e presidente da comissão mista que analisa a MP do programa Médicos pelo Brasil

acredita que o novo programa poderá dar bons resultados por oferecer “segurança jurídica ao formalizar o vínculo empregatício com carteira de trabalho assinada e remuneração que pode alcançar até R\$ 31 mil.”

O parlamentar afirma que o trabalho da comissão tem se concentrado em estabelecer “controle social, a fim de garantir correções de rumo e sintonia com as reais necessidades da população brasileira”. Entre as preocupações citadas por ele está a alocação dos 2 mil médicos cubanos que participaram do programa Mais Médicos e optaram por permanecer no Brasil. “Estamos buscando uma maneira de inseri-los e estudando a possibilidade de uma atuação inicial como assistentes, recebendo uma renda até terem a possibilidade de fazer a Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior Estrangeiras (Revalida), prova que atesta a aptidão para exercer a medicina no Brasil.”

Segundo Baptista Júnior, o programa Mais Médicos foi “um desastre”, porque teria empregado “profissionais com formação duvidosa, que não passariam nos exames de revalidação de diploma brasileiros”. Ele crê que o atual programa governamental possa começar a resolver o problema em termos quantitativos, ao levar médicos a localidades antes não atendidas, mas na sua visão, a questão da qualidade não será sanada com a manutenção da perversa lógica da desigualdade social. “Os médicos com formação deficiente vão atender os pobres e moradores das periferias; os ricos continuarão se consultando com profissionais formados em centros de excelência.”



Luiz Henrique Mandetta, ministro da Saúde

D

DOIS "FRONTS" DA MESMA GUERRA

A exposição de arte moderna brasileira em Londres em 1944 e a Força Expedicionária Brasileira

Dois eventos ocorridos no segundo semestre de 1944, ainda que não diretamente relacionados – mas parte de um mesmo contexto de política de relações internacionais –, tiveram para o Brasil impactos significativos à época e, posteriormente, sofreram um processo de desconstrução, redução de importância e descuido memorialístico que apenas de uns tempos para cá vem sendo recuperado e reavaliado. Trata-se do desembarque da Força Expedicionária Brasileira na Itália, em julho, e da abertura da exposição de arte moderna brasileira em Londres, em novembro. Esses dois eventos, tão distintos em suas características e dimensões, devem ser vistos, contudo, como parte de uma mentalidade de política externa nacional e guardam entre si muitas semelhanças em planejamento, preparação, execução e resultados.

O "FRONT" ITALIANO

Desde a declaração brasileira de guerra ao Eixo, em 1942, o País já havia manifestado interesse em participar efetivamente da guerra com o envio de tropas. A Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi concebida como uma

contribuição significativa de soldados. Limitações de toda ordem na seleção e no preparo fizeram com que as pretensões de uma força mais substancial não se concretizassem, e, ao fim, o Brasil enviou pouco mais de 25 mil soldados para os campos de batalha. Oposições internas e externas foram outro fator relevante. Grupos políticos internos se opunham à ida de soldados brasileiros para uma “guerra que não era nossa”. Do lado externo, a Inglaterra se opunha explicitamente à presença de soldados brasileiros na guerra. Foi apenas com muito esforço diplomático brasileiro, e uma aceitação explícita dos Estados Unidos, que a FEB finalmente se integrou ao IV Corpo do V Exército Aliado na Itália e, ali, combateu bravamente na ruptura da Linha Gótica. A despeito dessa oposição inicial, os “pracinhas” brasileiros deixaram sua marca no teatro de operações e deram demonstrações de bravura e humanidade. Uma combinação de robustez e bom trato com a população local foi marca registrada dos soldados, ainda hoje recordados pelos habitantes das cidades e vilas por eles liberadas.

Ao fim da guerra, pouco a pouco a memória da participação brasileira foi sendo menosprezada a ponto de um quase esquecimento. E quando lembrada, há sempre um tom de diminuição na importância dessa participação. Razões políticas não favoreciam uma valorização dos feitos militares. Mesmo no campo da política externa, o fato não foi devidamente explorado no cenário entre as nações após a vitória.

Enfim, a memória da participação da FEB na Segunda Guerra Mundial entrou para um universo do anedótico, negligenciando o significado desse ato no âmbito da política externa e na projeção de poder nacional.

CONVENCER A INGLATERRA DE QUE O BRASIL TINHA COMO CONTRIBUIR EM UM ÂMBITO MAIS SOFISTICADO, COM ARTE MODERNISTA DE VANGUARDA, E NÃO APENAS COM CAFÉ E BORRACHA, FOI TAREFA DE PROJEÇÃO DIPLOMÁTICA ÚNICA

O "FRONT" INGLÊS

No mesmo ano de 1944, um grupo de 70 artistas, os mais proeminentes do Brasil, doaram obras de sua autoria para o que seria a primeira exibição coletiva de arte brasileira em Londres. A exibição, inaugurada no mesmo período do desembarque dos soldados brasileiros em Nápoles, foi montada na Royal Academy of Arts e na Whitechapel Gallery e excursionou depois por outras seis galerias pelo Reino Unido. A venda das obras expostas teria seus fundos revertidos para os esforços de guerra do Reino Unido, especialmente para a Royal Air Force. A iniciativa partiu dos próprios artistas e foi veementemente apoiada pelo então ministro das Relações Exteriores, Graça Aranha, que se empenhara em fazer com que a exposição acontecesse.

Os idealizadores dessa mostra enfrentaram dificuldades tanto de caráteres logístico quanto político e diplomático. Convencer a Inglaterra de que o Brasil tinha também como contribuir em um âmbito mais sofisticado, com arte modernista de vanguarda, e não apenas com café e borracha, foi tarefa de projeção única. Realizar a exposição em uma Londres vítima de bombar-

deios alemães provou ser um exercício hercúleo. Graças ao empenho da diplomacia, a exposição se concretizou.

Se naqueles tempos já falássemos de *soft* e *hard power*, poderíamos dizer que esses dois eventos da segunda metade de 1944 são exemplos de um Brasil atuando diplomaticamente nos dois *fronts*, manifestando-se como um *global player*.

Assim como a memória sobre a FEB, a exposição, salvo episódicas referências, foi praticamente ignorada até que o diplomata Hayle Gadelha iniciou a pesquisa para sua tese doutoral no Brazil Institute do King's College London, sob minha orientação, intitulada “Unearthing the Exhibition of Brazilian Modern Paintings, the first Brazilian art show held in Europe: the role of the visual arts as a tool of soft power of Brazilian foreign policy during WWII”, e que conduziu a montagem parcial da exposição original em Londres, em 2018 (ver: <http://theartofdiplomacy.com/>).

A pesquisa de Gadelha revela como foi o processo diplomático envolvido no convencimento da Inglaterra em hospedar a exposição, bem como os esforços brasileiros em fazê-la uma realidade. Aqui a comparação que estabeleço entre a exposição e o envio da FEB para a Itália: em poucos momentos da história do Brasil uma diplomacia cultural atuou paralelamente com ações robustas de projeção de poder, como o envio de tropas para ações de guerra. O processo de amnésia histórica que segue os dois eventos em muito preju-

dicaram o estabelecimento de uma continuidade desse modo de atuação e talvez tenha reduzido os resultados que o País poderia ter extraído deles.

A reprodução de parte daquela exposição de 1944 em 2018 foi, portanto, mais do que um ato de memória histórica; foi um exercício de redescoberta da capacidade brasileira em atuar internacionalmente, com claros interesses nacionais e visão própria no concerto das nações.

ARTISTA-SOLDADO E SOLDADO-ARTISTA

Um caso curioso e peculiar da dupla atuação brasileira na Segunda Guerra Mundial – a FEB e a exposição em Londres – consubstancia-se na pessoa de Carlos Scliar, que atuou tanto como artista-soldado quanto como soldado-artista.

Carlos Scliar nasceu em 1920, em Santa Maria (RS), e faleceu em 2001, no Rio de Janeiro. Em 1939, Scliar fez sua primeira viagem a São Paulo, estabelecendo contatos com Flávio de Carvalho (1899-1973), Portinari (1903-1963), Burle Marx (1909-1994), entre outros artistas da vanguarda paulista. Ainda na capital, de 1940 a 1942, Scliar realizou exposições individuais e coletivas, produziu gravuras e trabalhou como ilustrador. Em 1943, fixou-se no Rio de Janeiro, onde atuou como roteirista e cenógrafo, escreveu e dirigiu o documentário *Escadas*.

Nesse mesmo ano de 1943, foi convocado para compor os quadros da FEB. Sobre isso, diz o próprio Scliar: “Minha condição de descendente de judeus já me levava, aos 13 ou 14 anos, a me identificar com aqueles que, na Alemanha, nos países fascistas e por toda a parte vinham sendo perseguidos em decorrência de razões raciais (...). Por índole e formação, sempre fui contrário à vida e disciplina militares. No entanto, experimentei a maior emoção quando recebi, em 1943, minha convocação para a FEB”.

A MEMÓRIA DA PARTICIPAÇÃO DA FEB NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL ENTROU PARA UM UNIVERSO DO ANEDÓTICO, NEGLIGENCIANDO O SIGNIFICADO DESSE ATO NO ÂMBITO DA POLÍTICA EXTERNA E NA PROJEÇÃO DE PODER NACIONAL

Em 22 de setembro de 1944, o cabo Scliar embarcou no navio americano General Meigs, no Segundo Escalão da FEB. No dia 6 de outubro, desembarcou em Nápoles e quase imediatamente já se viu na realidade da guerra. Assumiu a função de controlador de tiro e, posteriormente, chegou a compor a equipe que editava o jornal *Cruzeiro do Sul*, uma publicação da FEB para os pracinhas na Itália.

Mesmo na condição de soldado, Scliar não negligenciou a arte. Ele fez desenhos a nanquim de seus companheiros fardados, dos cenários de combate, das paisagens, das casas e das naturezas-mortas. Na vivência da guerra, Scliar se redescobriu como artista. Diz o próprio: “Foi na guerra, em contato com a miséria que ela produz, vivendo aqueles instantes derradeiros, que banham de luz nova tudo que nos cerca, que se iniciou uma nova etapa em minha pintura. Eu era, senão um pessimista, quase um cético; me descobri então um lírico, um lírico visceralmente otimista, com uma tremenda confiança na humanidade” (<http://carlosscliar.com/linha-do-tempo/>).

Durante o quase um ano que passou na Itália (Scliar embarcou de volta em julho de 1945), o artista produziu mais de 600 desenhos, posteriormente selecionados para a coleção “Caderno de Guerra”, na qual os desenhos foram reunidos datados e com a localização de onde foram feitos. O primeiro é de 27 de novembro de 1944. Cinco dias antes da data, inaugurava-se em Londres a exposição de arte moderna brasileira. Entre as

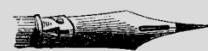
obras da exposição, estavam também algumas de Scliar. Desse modo, o cabo é o único brasileiro que participou de ambos os *fronts*: na Itália, como militar, e em Londres, como artista.

Após seu retorno ao Brasil, apenas três exposições foram organizadas com as obras do “Caderno de Guerra”. Uma delas ocorreu no Rio de Janeiro, de agosto a setembro de 1945, sob o patrocínio do Instituto Brasil-Estados Unidos e do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), com o título *Com a FEB na Itália*. Em São Paulo, no mesmo mês e ano, a mostra teve patrocínio do Comitê Democrático Progressista dos Artistas Plásticos, seguindo o evento em outubro para Porto Alegre (RS).

A Exposição *The Art of Diplomacy*, de 2018, não trouxe as quatro obras de Scliar que consistiam na exposição de 1944, compostas antes da guerra. Essa ausência é um bom exemplo de o quanto a exposição é relevante hoje e o quanto deve ser seminal no repensar das ações de memória sobre o engajamento do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

A arte diplomática nos ensina muito sobre um país que não queria ser apenas conhecido por um poder militar, mas por sua capacidade de vanguarda, na arte e na diplomacia, de não se silenciar frente a tiranias globais. Lições que não deveríamos nunca esquecer.

&



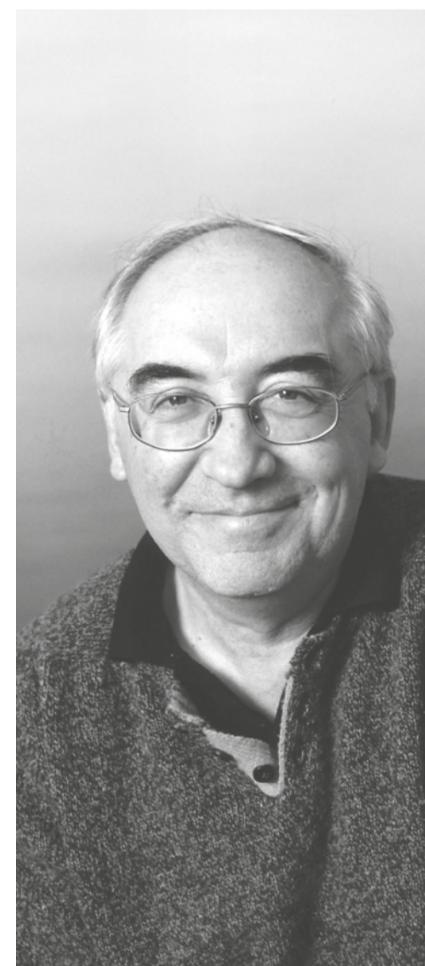
VINICIUS MARIANO DE CARVALHO

é professor de Estudos Brasileiros no Brazil Institute e no departamento de Estudos de Guerra do King's College London

B



texto LÚCIA HELENA DE CAMARGO



Os perigos do neoliberalismo escolar

Nas escolas particular e pública, o professor é o prestador de serviços, e o aluno, o cliente. Esse é o princípio do chamado “neoliberalismo escolar”, presente em diversas instâncias do ensino atual, segundo o livro *A escola não é uma empresa* (Editora Boitempo, 2019), de 2003 e só agora lançado no Brasil. A obra analisa, em profundidade, o perigo em aplicar princípios econômicos à pedagogia.

O autor é o sociólogo francês Christian Laval, que escreveu um prefácio especialmente para a edição brasileira, no qual alerta contra o avanço dessas práticas e afirma que o sistema educacional nacional “já é muito mais ‘neoliberalizado’ do que o francês e outros europeus”. Citando os oligopólios educacionais do País, diz que o “capitalismo escolar e universitário” fazem do Brasil um caso único, cuja tendência, com o atual governo, é de aceleração no processo, especialmente em razão do desenvolvimento do ensino privado a distância.

Segundo o autor, já podemos falar em uma “nova ordem educacional mundial”, que consistiria em uma certa maneira de direcionar os estudos com o objetivo de formar profissionais aptos a competir no mercado de trabalho. Laval não defende uma escola com o fim em si mesma. Entretanto, é contundente ao afirmar que o ensino só vai recobrar legitimidade quando conseguir voltar a formar cidadãos, em vez de pensar na satisfação do usuário ou na criação de “capital humano para manter a competitividade das economias regionais e nacionais”.

A obra é relevante para os educadores, estudantes e todos que se interessem pelos rumos da educação.

&



A escola não é uma empresa

Editora Boitempo, 2019

MELODIAS DE INCLUSÃO

texto GUILHERME MEIRELLES | fotos CHRISTIAN PARENTE

Com regência do maestro Isaac Karabtchevsky, a Orquestra Heliópolis Sinfônica, formada por 75 jovens da comunidade, se apresenta no Theatro Municipal de São Paulo; em Ilhabela, no litoral paulista, o educador musical Pedro Vecelino coordena grupo de percussão de crianças entre 8 e 11 anos na EM José Benedito de Moraes



A favela de Heliópolis, a segunda mais populosa de São Paulo (IBGE, 2010), com cerca de 100 mil habitantes espalhados em quase 1 milhão de metros quadrados, fica ao lado da Estrada das Lágrimas, mesmo endereço dos dois prédios do Instituto Baccarelli. Lá, a cacofonia das buzinas de carros, caminhões e ônibus, que cruzam duas pistas apertadas e esburacadas, é substituída por vozes afinadas e requintados movimentos sinfônicos. E na expressão dos 1,3 mil jovens que por lá passam anualmente não há lágrimas, mas alegria.

São quatro orquestras: duas infantojuvenis de nível intermediário e duas de nível avançado – a Orquestra Heliópolis Sinfônica (OHS) e a Orquestra Juvenil Heliópolis (OJH), além de 13 corais, 16 grupos de musicalização infantil, 20 grupos de câmara e 52 classes coletivas de instrumentos, coordenadas por 80 professores. Todas as crianças e os adolescentes moram na comunidade de Heliópolis e frequentam escolas da região, muitas trazidas pelo “Buscarelli”, ônibus circular próprio, doado pelo Magazine Luiza.

Criado no fim da década de 1990 pelo maestro Silvio Baccarelli (1931-2019), o instituto faz parte de um reduzido círculo de organizações do terceiro setor que se dedicam a difundir educação musical de excelência e lapidar novos talentos

para carreira na música erudita. Hoje, é dirigido pelos irmãos Edmilson e Edilson Ventureli, dos quais o último atua como regente-adjunto da OHS, cujo maestro principal é o consagrado Isaac Karabtchevsky, ex-regente da Orquestra Sinfônica Brasileira – que, desde 2011, dedica uma semana por mês de sua agenda exclusivamente aos jovens de Heliópolis. “Seu cachê é bem abaixo do mercado. Jamais conseguiríamos trazê-lo [pelo valor normal]”, destaca Edmilson Ventureli, responsável pelo dia a dia do Instituto, que conta, hoje, com 110 funcionários. “Há cinco anos temos dificuldades para integralizar o orçamento”, diz.

Nesse período, houve a saída de importantes patrocinadores, como Petrobras (durante anos, a principal mantenedora), Eletrobras, Cielo e BB Mapfre, além de queda na captação de recursos via Lei Rouanet. “O orçamento para 2019 é de R\$ 10 milhões, e captamos apenas R\$ 6,5 milhões pela lei. Para o exercício de 2018, tivemos R\$ 8,5 milhões. Com a recessão, grandes empresas sofreram queda na receita, e não sobrou verba para patrocínios”, lamenta Ventureli. No Instituto, 70% dos recursos chegam por lei de incentivo ou investimento direto, como é o caso da Volkswagen e do Bradesco. Os demais 30% vêm por meio de eventos, como o da turnê do tenor

italiano Andrea Bocelli, em 2018, que passou por três capitais acompanhado da Orquestra Juvenil Heliópolis, formada por 60 instrumentistas entre 14 e 25 anos. Aliás, a orquestra juvenil foi uma das mais afetadas pela crise. “Até o ano passado, os alunos recebiam auxílio financeiro mensal de R\$ 1,1 mil. Fomos obrigados a cortar essa verba. E demitimos algumas pessoas em cargos operacionais”, lamenta Ventureli.

Alguns dos alunos que iniciaram os estudos no instituto se tornaram monitores e ainda continuam tocando na orquestra sinfônica. O repertório costuma incluir peças de Beethoven, Mahler, Tchaikovsky e Vivaldi, mas não há preconceito quanto a artistas de MPB, apresentando músicas de Lenine, Milton Nascimento e João Bosco, entre outros. Em 2010, foi organizada uma turnê na Europa, passando por Holanda, Inglaterra e Alemanha. Os ensaios acontecem quatro vezes por semana no subsolo do prédio, inaugurado em 2012, em uma sala batizada com o nome do regente Zubin Mehta, que tem uma forte ligação com a instituição. Além de ser patrono do Baccarelli, o maestro indiano já esteve em algumas oportunidades no instituto e abriu as portas para que alguns alunos pudessem estudar na renomada escola de música Buchmann-Mehta, em Tel Aviv.

Nascida e vivendo até hoje em Heliópolis, a percussionista Mariana Cavalcanti do Nascimento de Oliveira, 27, prepara-se para ingressar em uma pós-graduação em Música e encara diariamente uma jornada que inclui ensaios na orquestra e aulas para crianças no instituto e em uma escola da região. “Em 2018, fiz intercâmbio em Toronto, e todos ficavam admirados quando dizia que era professora de música. No Brasil, perguntam sempre o que eu faço além da música.”

Aos 29, a violista Nicole Correia Martins ingressou no instituto há 19 anos e se orgulha em dizer que vive exclusivamente da música. “Toco na orquestra, faço faculdade de Música e dou aulas para crianças. Moro aqui desde os seis anos e percebo como o instituto mudou a vida da comunidade.”

Com a entrada da Unilever e do Carrefour como novos patrocinadores, Ventureli espera equilibrar as contas nos próximos meses. “A redução de valores na Lei Rouanet pode ser positiva, já que as empresas não poderão mais investir em megaproduções”, destaca. Para o diretor, o fundamental é manter acesa a chama do projeto. “Antes do Baccarelli, Heliópolis era sinônimo de criminalidade e violência. Hoje, quando buscamos no Google, aparecem ‘educação’ e ‘cultura’.”

Na comunidade de Heliópolis, o Instituto Baccarelli atende desde crianças de 4 anos em atividades de musicalização e coral, como instrumentistas em nível avançado, caso da percussionista Mariana Cavalcanti do Nascimento de Oliveira (à esquerda, no canto superior, na página seguinte) e da violista Nicole Correia Martins (à direita, no canto inferior, na página seguinte), que ainda moram na região



“COMPREI MINHA PRIMEIRA VIOLA COM A AJUDA DO INSTITUTO. ENTREI AOS DEZ ANOS NO CORAL E, HOJE, AINDA MORO NA COMUNIDADE, TOCO NA ORQUESTRA, FAÇO FACULDADE DE MÚSICA E DOU AULAS PARA CRIANÇAS.”

NICOLE CORREIA MARTINS,
violista da Orquestra Sinfônica Heliópolis (OSH)

LAPIDANDO DIAMANTES

Sentado no sofá de seu apartamento duplex, em uma ampla sala com o formato de um piano de cauda, o regente João Carlos Martins vive música 24 horas por dia. “Na verdade, o dia para mim precisaria ter 36 horas”, conta Martins. Pianista aposentado em decorrência da atrofia nos dedos das mãos, o regente se dedica, desde 2004, ao ofício de garimpagem na busca de jovens talentos e na criação de parcerias com orquestras e bandas de cidades. Aos 79 anos, participa de cerca de 200 concertos anuais por meio da Orquestra Bachiana Filarmonica Sesi-SP, resultado da parceria fechada em 2009 entre a Fundação Bachiana, da qual é fundador, e o Sesi paulista.

Em 2010, Martins criou o projeto A Música Venceu, amparado em um tripé formado por núcleos de musicalização em escolas públicas e em áreas de vulnerabilidade social; apresentações da orquestra filarmônica em cidades de todo o País; e o projeto Orquestrando São Paulo, com atuação no interior paulista, buscando estimular a formação de novas orquestras e promover capacitação para músicos e regentes, por meio de metodologia própria.

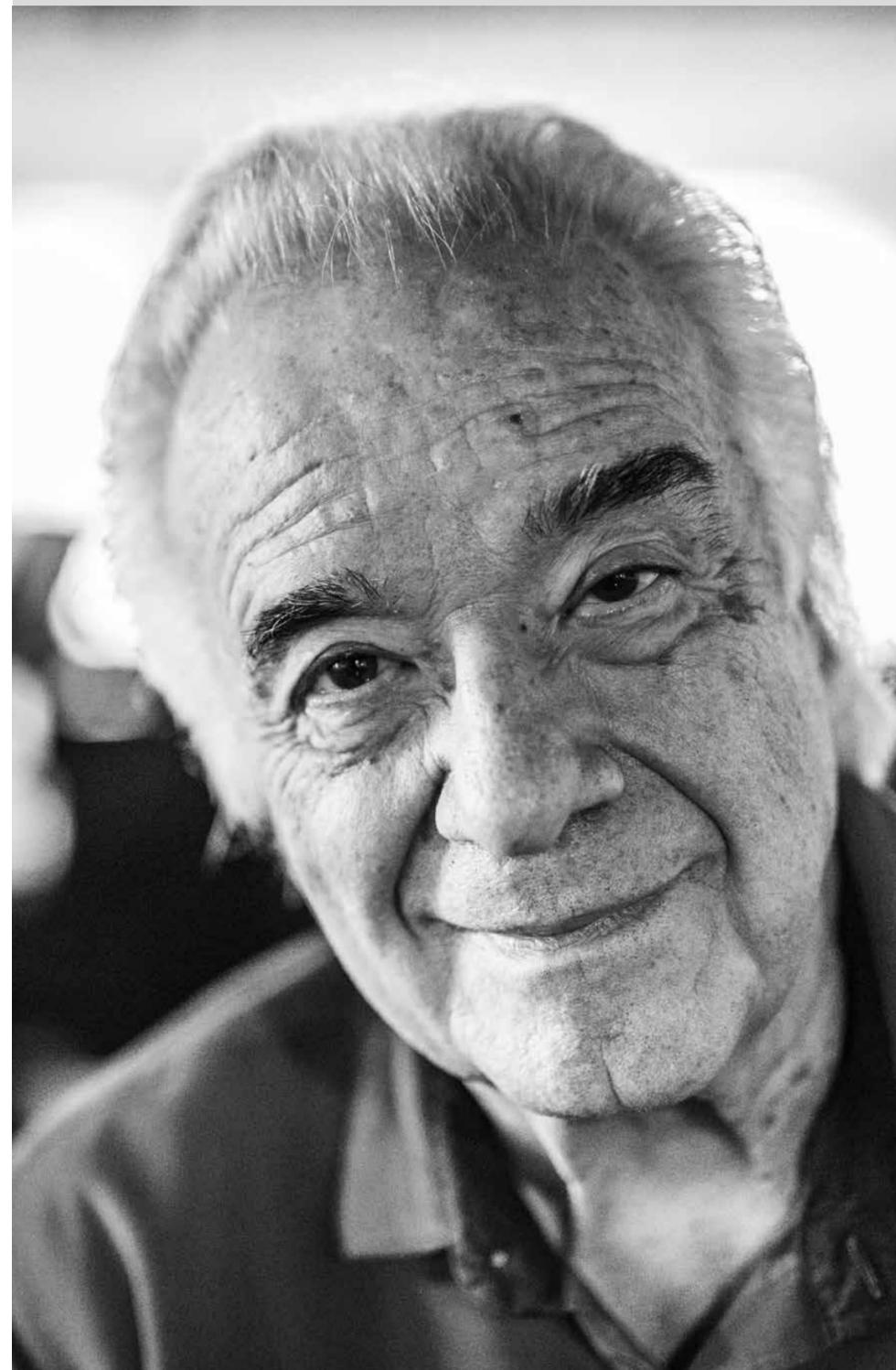
Em razão da parceria com o Sesi e da grande visibilidade de seu fundador, a situação da Fundação Bachiana é confortável em termos financeiros. O orçamento dela depende apenas de 30% das leis de incentivo fiscais, enquanto o restante da receita vem das apresentações da orquestra e do regente, algumas delas com artistas em nada identificados com a mú-

sica erudita, como Chitãozinho e Xororó e Luan Santana, que costumam lotar estádios. “Já atingimos mais de 16 milhões de pessoas com concertos em praças, favelas e teatros”, conta Martins, que em um mesmo dia pode estar pela manhã em uma apresentação no Theatro Municipal de São Paulo e, à tarde, na comunidade de Paraisópolis, onde a fundação mantém um núcleo de musicalização – com o apoio da Honda.

Além da montadora japonesa, os sete núcleos recebem patrocínios de empresas como a Voith e a Randon. Há ainda a Clariant, que aporta diretamente os recursos de sua matriz em uma miniorquestra, sediada na Escola Estadual (EE) Jussara Feitosa Domschke, no município de Suzano, na Grande São Paulo.

Hoje, a fundação mantém parceria com 470 orquestras e planos para aumentar os núcleos em outras cidades. Os projetos priorizam o ensino de cordas (violino, viola e violoncelo) e sopros. “Vislumbro em torno de 15 diamantes a serem lapidados. Há um flautista no Amapá que o considero o melhor do Brasil”, afirma Martins.

Embora ainda não tenha descoberto nenhum “diamante”, o trabalho desenvolvido há nove anos no núcleo de Suzano tem proporcionado resultados positivos. “Antes de 2010, a escola estava entre as três piores do Estado. Hoje, graças à mudança de gestão e ao ensino da música, temos notas acima da média da rede estadual e recebemos alunos de regiões distantes, que fazem questão de estudar aqui”, afirma a coordenadora pedagógica da escola estadual, Maura Andreia Prado.



ENTREVISTA

João Carlos Martins

Como o senhor avalia o atual governo na área da cultura?

Não dá para avaliar em apenas seis meses. Mas aprendi na vida que pessoas com cargos relevantes devem pensar sempre por dez segundos antes de prestar uma declaração. Há pessoas competentes no governo. Na Cultura, destaco José Paulo Martins, secretário de Fomento e Incentivo, que fez um grande trabalho na Fundação Iberê Camargo, em Porto Alegre. É aberto ao diálogo.

O senhor aceita convites para tocar em eventos do governo federal?

Não misturo concerto com política. Se houver intuito partidário, estou fora. Mesmo ligado ao Sesi, não fiz apresentações durante o período em que Paulo Skaf foi candidato ao Governo do Estado de São Paulo.

O senhor já esteve com o ministro da Cidadania [ao qual a Secretaria Especial da Cultura está vinculada], Osmar Terra?

Não o conheço pessoalmente, mas soube por um amigo que ele elogiou o projeto Orquestrando São Paulo. Com relação específica à cultura, acredito que se a posição de ministro da Cultura fosse um cargo vitalício há 30 anos e ocupado nesse período por Danilo Santos de Miranda [diretor do Sesc-SP], o Brasil estaria muito diferente.

Qual a sua opinião sobre as mudanças na Lei Rouanet?

Deve haver reflexão em busca de um ponto de equilíbrio. Assim como oferece oportunidade de patrocínio, é restritiva em termos de bilheteria [obrigatoriedade de ingressos gratuitos e preços reduzidos].

A miniorquestra, composta por instrumentos de corda e percussão, é formada por 25 integrantes entre 11 e 20 anos. “Já passaram cerca de 200 alunos. Alguns se profissionalizaram e outros partiram para escolas de música. Mas há casos de jovens que saíram e ingressaram no crime”, diz o violonista e maestro Anderson Lacerda, na escola desde o início. Para o músico, o resultado só se tornou possível graças à tríplice parceria entre o Estado (que oferece a escola), a metodologia da Fundação Bachiana e o patrocínio da Clariant.

FALTA DE SINERGIA

Criado em 2013, em Ilhabela, pelo advogado Samuel Mac Dowell de Figueiredo, o Centro Cultural Baía dos Vermelhos reúne dois teatros em uma área de 150 mil metros quadrados, em plena Mata Atlântica. Por sua vez, o município de Ilhabela conta com um orçamento de R\$ 860 milhões, dos quais R\$ 646 milhões vêm dos royalties das empresas que exploram petróleo na Baía de Santos. Em princípio, um cenário perfeito para parcerias de estímulo ao ensino musical. Mas não é o que acontece. “Quando fundei Vermelhos, tinha dois objetivos: criar um festival para difusão da música de qualidade e também um centro de formação, por meio do programa Grupos Musicais, que atingiria as 8 mil crianças da rede municipal, das quais selecionaríamos cerca de 300, formando grupos de sopros, percussão, cordas e corais. O objetivo seria a formação de uma orquestra jovem sinfônica, a exemplo do que existe na Bahia e em Pernambuco. Forneço o equipamento, mas não disponho da metodologia”, afirma Mac Dowell. Contudo, diz o advogado, o projeto nunca avançou.

“O ambiente político na cidade é conturbado, há muita troca administrativa, e as conversas voltam à estaca zero.” Mac Dowell critica ainda a omissão de algumas empresas, em especial a Petrobras, que atua na região, mas nunca apoiou nenhum projeto do Vermelhos. “Para realizar o Festival, hoje na quinta edição, conto com os apoios da prefeitura, da Klabin e da Rosset, que estão comigo desde o início.”

A única ação regular mantida entre prefeitura e Vermelhos é o Festival de Música na Escola, que reúne alunos da rede municipal e cuja final é realizada no teatro principal, que tem capacidade para 1,1 mil espectadores. “Tocar lá foi emocionante”, diz Paulo Cesar Cardoso Silva, 11, aluno da EE Leonardo Reale, vencedor da edição 2018 com o rap gospel “Mudança de vida”.

Em algumas das 36 escolas públicas, a prefeitura mantém projetos especiais de sensibilização musical, que incluem desde o desenvolvimento de um coletivo de bateria com latas recicladas até a formação de uma fanfarra unicamente com instrumentos de percussão. Segundo o educador da EE Paulo Renato de Souza e idealizador da fanfarra, é possível viabilizar parcerias com Vermelhos. “No ano passado, levei alunos para participar de um workshop com o percussionista Duda Neves. A prefeitura ajudou no transporte. É longe, mas dá para fazer mais”, conta, referindo-se à distância de 17 quilômetros entre o centro cultural, que fica ao lado norte da ilha, e a região central da cidade. **A Problemas Brasileiros** procurou a Secretaria de Cultura de Ilhabela, mas não obteve retorno.

LEI ROUANET (N.º 8.313/1991)

O que é: permite que empresas possam aplicar até 4% do IR a pagar em atividades culturais (artes cênicas, músicas erudita e instrumental, exposições e livros). Pessoas físicas, até 6%.

Principais mudanças a partir de 2019, quando passou a ser chamada de **Lei de Incentivo à Cultura**:

- Cada empresa pode ser beneficiada em até R\$ 10 milhões (era R\$ 60 milhões).
- Limite de 16 projetos por empresa, no total de R\$ 10 milhões; para pessoas físicas, o limite é de 4 projetos, totalizando R\$ 1 milhão.
- Mínimo de 20% em gratuidades com caráteres social e educativo (era 10%) e de 20% para patrocinadores (antes, 10%).



Com cerca de 6,5 mil alunos, as 36 escolas da rede municipal de Ilhabela desenvolvem ações de musicalização com crianças, como o projeto de percussão Bate na Lata, com latas recicladas; Paulo Cesar Cardoso Silva, 11 anos, (com o violão) foi o vencedor da edição 2018 do Festival de Música na escola, cuja final ocorreu no Teatro Vermelhos



Na EE Jussara Feitosa Domschke, em Suzano (Grande São Paulo), as atividades de musicalização tiveram início em 2010 e são dirigidas pelo regente e violinista Anderson Lacerda, da Fundação Bachiana, e pela coordenadora pedagógica Maura Andreia Prado



TALENTOS DO NORDESTE

Quando iniciou os estudos de contrabaixo, aos 12 anos, na Orquestra Criança Cidadã, em Recife, o pernambucano Antonino Tertuliano jamais poderia imaginar que, hoje, aos 25, estaria estudando na escola Buchmann-Mehta, em Tel Aviv, e tocando com a Orquestra Filarmônica de Israel. “A música é como mergulhar com uma bigorna. Posso soltá-la e voltar para a superfície ou continuar afundando com ela. Quanto mais afundo, mais fico fascinado”, diz o ex-morador do bairro do Coque, um dos locais mais violentos da capital pernambucana. Foi nesse bairro que, em 2006, o juiz de Direito João José Rocha Targino criou o projeto Orquestra Criança Cidadã. “Era uma região muito perigosa, e, em parceria com o Exército, escolhemos como sede um depósito da instituição. O primeiro objetivo é trabalhar a cidadania e, depois, formar o profissional de música”, afirma o juiz.

Atualmente, a Orquestra Criança Cidadã atende gratuitamente 360 jovens entre 6 e 21 anos – 230 no Coque e 130 nos municípios de Ipojuca e Igarassu. O principal apoiador do projeto é a Caixa Econômica Federal (CEF), que, até 2018, aportava diretamente os recursos. Com a entrada do novo governo, a verba passou a ser por meio da Lei Rouanet, causando um atraso no repasse. “O aporte veio em junho e foi de R\$ 580 mil. Espero receber outra parcela no segundo semestre”, afirma Targino, na expectativa de contar com o patrocínio da Google nos próximos meses. “Já tivemos o Facebook, mas ele preferiu

“A MÚSICA É COMO Mergulhar com uma bigorna. Posso soltá-la e voltar para a superfície ou continuar afundando com ela. Quanto mais afundo, mais fico fascinado.”

ANTONINO TERTULIANO, contrabaixista pernambucano, iniciou-se na Orquestra Criança Cidadã e, hoje, é bolsista da Escola de Música Buchmann-Mehta, em Tel Aviv

investir R\$ 350 mil na Festa de São João de Caruaru”, lamenta. Desde sua criação, cerca de 750 jovens já passaram pelo projeto, inclusas uma orquestra principal e duas voltadas a crianças.

Na Bahia, desde 2007, o governo do Estado mantém o projeto Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia (Neojiba). O projeto conta ainda com alguns patrocinadores, como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Instituto CCR, Magazine Luiza e Fundação Mitsui, entre outros. O idealizador do projeto é o pianista Ricardo Castro, que o levou ao então secretário da Cultura após conhecer uma iniciativa semelhante na Venezuela. “Temos 12 núcleos que estão em Salvador e municípios do interior, como Vitória da Conquista e Simões Filho. Há também parcerias para capacitação. No total, são em torno de 4 mil jovens beneficiados. Nesses 12 anos, já passaram mais de 15 mil pessoas”, afirma o diretor musical do Neojiba, Eduardo Torres.

O projeto de mais visibilidade é a Orquestra Juvenil da Bahia, que, em 2018, realizou nove concertos na Europa. O Neojiba conta também com grupos de cordas, percussão e outros instrumentos. A orquestra já revelou talentos como a violista Geisa Santos, 31 anos, que há seis estuda e toca na Alemanha. Nascida em uma família de baixa renda de Salvador, economizava na passagem de ônibus para ajudar nas despesas de casa. No primeiro semestre, passou no concurso para a Orquestra Sinfônica de Heidelberg. “Não pretendo voltar. Dizem até que estou com sotaque”, brinca a violista.

&

MERCOSUL / UE

Sem o acordo:



Com o acordo:



jeangalvão

FÉRIAS E INTERVALOS. VOCÊ TEM MEDO DO QUÊ?

A flexibilização dos intervalos de descanso e do fracionamento de férias oferecem muitas vantagens para empregados e empregadores. Mas, infelizmente, muita gente ainda tem receio de implantar mudanças, cometer erros, prejudicar direitos e ainda ter prejuízo.

Para evitar que tudo isso aconteça e acabar com as dúvidas de milhares de empreendedores associados, a FecomercioSP criou o e-book *Intervalos intrajornadas e fracionamento de férias*, que explica de maneira prática:

- os limites mínimos e máximos de intervalos;
- o que pode ser definido por acordo individual;
- os cuidados jurídicos;
- aplicação nas jornadas especiais e no trabalho intermitente;
- quais são as possíveis divisões de férias;
- quem define o fracionamento e as saídas;
- o impacto das faltas injustificadas;
- as vendas de férias;
- os limites do fracionamento;
- o abono de 1/3;
- as vantagens, as obrigações e os limites das férias coletivas;
- e muito mais.

A flexibilização dos intervalos de descanso e do fracionamento de férias oferecem muitas vantagens para empregados e empregadores. Mas, infelizmente, muita gente ainda tem receio de implantar mudanças, cometer erros, prejudicar direitos e ainda ter prejuízo.

**TENHA INFORMAÇÃO DE QUALIDADE!
EVITE MULTAS E PROCESSOS.
DECIDA COM TRANQUILIDADE E SEGURANÇA!**

ACESSE LAB.FECOMERCIO.COM.BR, ASSISTA AOS 2 VÍDEOS E BAIXE O E-BOOK GRATUITO.

Para você e para o seu bolso,

MELHOR DA SAÚDE

você encontra na Qualicorp.

Empregador do Comércio:
graças à parceria da Qualicorp
com a FECOMERCIO-SP, você tem
acesso a planos com excelente
qualidade, em condições especiais.

PLANOS
A PARTIR DE

R\$ 291¹

**SulAmérica**
Saúde

**amil**

Central Nacional
Unimed

**bradesco**
saúde

LIGUE **0800 799 3003**
Se preferir, simule seu plano em qualicorp.com.br

**FECOMERCIO**SP

**Qualicorp**
Sempre do seu lado.

SulAmérica:
ANS nº 006246

Amil:
ANS nº 326305

Central Nacional Unimed:
ANS nº 339679

Bradesco Saúde:
ANS nº 005711

Qualicorp
Adm. de Benefícios:
ANS nº 417173

¹R\$ 290,55 - Exato Adesão Trad. 16 F AHO QC COP (registro na ANS nº 476.942/16-2), da SulAmérica Saúde, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva (tabela de julho/2019 - SP). Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde, bem como a disponibilidade para cada entidade de classe. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Setembro/2019.

Siga a Qualicorp:

